PAULO FIGUEIREDO

O GOLPE MILITAR NO AMAZONAS

CRÔNICAS E RELATOS

CULTURA
Edições
Governo do Estado

O GOLPE MILITAR NO AMAZONAS

CRÔNICAS E RELATOS

PAULO FIGUEIREDO

O GOLPE MILITAR NO AMAZONAS

CRÔNICAS E RELATOS

EDITOR ¶ Antônio Ausier Ramos
COORDENAÇÃO EDITORIAL ¶ Jeordane Oliveira de Andrade
CAPA E PROJETO GRÁFICO ¶ Ângelo Lopes
IMAGEM DA CAPA ¶ Rui Machado
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA ¶ Gráfica Moderna
REVISÃO ¶ Sergio Luiz Pereira
NORMALIZAÇÃO ¶ Ediana Palma

F475g Figueiredo, Paulo.

O golpe militar no Amazonas: crônicas e relatos / Paulo Figueiredo. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013

222p. ; 14x21cm.

Inclui Referências Bibliográficas.

ISBN 978-85-64218-72-7

1. Golpe Militar – Ditadura 1964. 2. Movimento Militar. 3. Manaus – Amazonas. 4. Brasil. I. Título.

CDU 321.64(811.3)

Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com o foco na geração de oportunidades para novos talentos.
Omar Aziz

Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

Neste mundo áspero, duro, seco e salgado – sal-suor, sal-sangue, sal-morte – e frio em que vivemos, de que andamos precisando mesmo é de poesia e do que os sofisticados e empertigados cientificistas e tecnicistas chamam de sentimentalismo: este sentimentalismo que é afeto, que é carinho, que é mansidão, enfim, que é amor. Precisamos de amor-amor, de saber, de novo, chorar de muito amor e não, apenas, chorar de ódio, de desejo de vingança, de dor, de fome e de morte. Precisamos de amor-ternura, de amor-romantismo, de amor-lirismo. Precisamos do amor-azul, do azul, do azul, do azul!... (L. Ruas – na apresentação da obra poética Verbo Azul, de Ernesto Penafort).

Jamais imaginei, quando vim para cá, que pudesse ter a imensa alegria, não desta consagração, mas do momento que vivo e de que partilham alguns amigos, um dos quais está ali na tribuna de honra. Quando cassado, eu estava no Rio de Janeiro, esse amigo advogava com raro brilho e hoje continua a fazê-lo no meu Estado. Foi uma surpresa muito agradável revê-lo. Quero deixar registrada nos Anais do Senado Federal a presença do Dr. Paulo Figueiredo, pela sua independência e amor ao Amazonas – Senador Bernardo Cabral, em Discurso de Despedida no Senado Federal – 2002.

Uma homenagem ao futuro. Aos meus netos,
Maria, Paulo e João, filhos de Juliana e Luciana,
expressão do meu amor com Maria das Graças.

É terrível assistir à agonia de uma esperança

SIMONE DE BEAUVOIR

Ao Edgar Ribeiro de Souza, hoje,
na imensidão das estrelas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Tempos muito difíceis

Não temos o hábito de cultivar a história e com frequência sepultamos o passado, relegando-o a um plano inferior ou desprezando sua importância na construção do futuro. Não respeitamos, como deveríamos, a história, e nem aqueles que fazem a nossa história. Trata-se de uma regra, que resulta em certa ausência de identidade para o nosso povo, com implicações danosas no processo de construção de uma sociedade fincada em alicerces sólidos.

Nesse contexto, a obra de Paulo Figueiredo – o nosso Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo – tem um valor imensurável. Amigo e companheiro querido de tantas e tantas lutas no tempo de nossa juventude, o autor, com a iniciativa, resgata o passado, com fatos ainda bem recentes do ponto de vista da historiografia, contando-nos o que ocorreu em um período negro da existência de todos nós, no Brasil e do Amazonas.

Advogado, o mais antigo articulista em atividade com coluna semanal na imprensa local, vivenciou conosco a história que agora narra, sem maiores preten-

sões, como o próprio faz questão de ressaltar, a não ser com o propósito de registrar boa parte dos acontecimentos, para os pósteros e para que não mais se repitam. São lições que devem ser aprendidas lá atrás, com erros e acertos, ideias factíveis e outras irrealizáveis, mas sempre embaladas pelo sonho de uma juventude que queria ver o país livre e independente. E que agora, na maturidade, aparadas as arestas, com a experiência de uma já longa vida, continua alimentando os mesmos anseios.

A importância da obra não reside apenas na participação dos atores presentes naqueles momentos conturbados, mas sobremodo na realidade que espelha ou traduz, em cima de ocorrências verdadeiras da época. Manaus era uma cidade provinciana e ilhada, capital de um Estado reflexivo, distante do poder central, onde tinham curso os grandes interesses e decisões nacionais. No entanto, guardávamos uma respeitável herança cultural, que poderia ser encontrada em bibliotecas particulares valiosíssimas, fruto da época áurea da borracha, período durante o qual mantivemos contato direto com a Europa desenvolvida, em contraposição ao Brasil acanhado e rural. Lia-se aqui os grandes autores e escritores de vanguarda, quando a cultura rivalizava com a economia, criando-se uma ambiência histórica que daria lugar ao surgimento de grupos e segmentos intelectualizados da sociedade, com posições avançadas para a época em que se formaram ou constituíram.

No tocante à juventude, o movimento cultural e político que a envolvia, nos colégios e educandários tradicionais da cidade, também se mostrava com grande intensidade. Manaus era uma cidade riquíssima em grêmios, diretórios acadêmicos e clubes literários. Promovíamos encontros, seminários e congressos, com larga participação dos estudantes, nos quais discutíamos o país e a Nação em todos os seus aspectos. Concursos de oratórias e júris simulados eram realizados de forma rotineira em nossas agremiações estudantis, num espaço de liberdade fervilhante que preparava os jovens para o exercício presente e futuro da cidadania. Pegamos os momentos finais dessa época, encorajados pelo nacionalismo do movimento "o petróleo é nosso", por exemplo, ao lado de tantas outras reivindicações de cunho patriótico, que em seguida daria lugar ao esquerdismo marxista, fundado em bases semelhantes.

Como muito bem observa Paulo Figueiredo, em nossa geração, cabe destacar a atuação de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto. Portanto, abro um parêntese para me referir a uma pessoa extraordinária, notável, o nosso Thomazinho, como o tratávamos, seus amigos mais próximos e companheiros. Teve vida curta, mas uma existência rica e heroica, um intelectual de cumeadas. Filho de Parintins, estudou no Colégio Estadual e tornou-se uma espécie de preceptor de nosso grupo. Com 19 anos, ensinava, dava aulas com profundidade a

quem já tinha 25/29 anos. Explicava os termos, expressões e reflexões marxistas com muita clareza e objetividade, com elementos práticos do dia a dia, e assim conseguia impressionar com vigor seus contemporâneos.

Ele, Thomaz Meirelles, com sua atuação, fez com que no Amazonas tivéssemos um considerável movimento de esquerda. No fundo, no fundo, a esquerda, com a dimensão que adquiriu naquele tempo e no seio de todos nós, nasce com ele, pela sua reconhecida qualidade pessoal, moral e intelectiva. Tinha uma coragem excepcional. Foi obrigado a sair de Manaus, após ter sido expulso do Colégio Estadual, por causa de uma greve de estudantes que organizou e da qual também participei, tendo sido igualmente excluído do mesmo ginásio. Pobre, sem condições de pagar no Colégio Dom Bosco pelo mesmo curso que fazia no Estadual, mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a residir no prédio da União Nacional dos Estudantes – UNE, o famoso casarão da praia do Flamengo. Lá, concluiu o curso, à custa de muito sacrifício, e desenvolveu intensa atividade política e ideológica, até ser preso e morto em circunstâncias até hoje desconhecidas, depois de seu regresso da União Soviética, diplomado pela Universidade de Moscou.

A rigor, Meirelles criou toda uma geração, que o autor da presente obra passou a integrar, ainda jovem, bem jovem. Paulo Figueiredo, já naquela época, impressiona-

va-nos pela agudez de raciocínio, pela perspicácia, pela percepção profunda e por suas qualidades intelectuais. É ele que depois dá continuidade à atuação de Thomazinho no Rio, junto com seu inseparável amigo e companheiro, desde os tempos da juventude em Manaus, Edgar Ribeiro de Souza, que terminou preso e recolhido ao famoso presídio da Ilha Grande. Edgar sempre foi um militante respeitável e especial, sério, aplicado, responsável e dedicado, sob esses ângulos, com ação muito próxima da de Thomaz Meirelles.

Lembro de uma passagem que merece registro. Em torno de meu nome, alimentávamos no Amazonas um projeto de conquistar a presidência da União Brasileira de Estudantes Secundários – Ubes, no ano de 1961, em congresso a ser realizado em Goiânia. Chegamos com o apoio de praticamente todas as bancadas do Norte e Nordeste e algumas do Centro-Sul do país, conquistadas em contatos permanentes com as entidades estaduais e com base em programa de campanha que daria maior visibilidade, representatividade e autenticidade à atuação da Ubes em todo o Brasil. Obtivemos a adesão de cerca de 18 unidades da Federação, o que me permitiria uma eleição tranquila. No entanto, quando da formação de nossa chapa, certamente vitoriosa, tomamos conhecimento que disputaríamos o pleito com o estudante baiano Jarbas Santana, candidato a presidente, sobrinho do conhecido deputado federal de esquerda,

Fernando Santana, tendo em sua composição Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, que concorria ao cargo de secretário-geral no mesmo grupo. Com Thomazinho na disputa, espécie de nome sagrado para todos nós, resolvi abdicar do projeto em benefício do estimado companheiro amazonense. Sabia que sua indicação fora feita pelo Partidão, mas, independente do PC, preferi renunciar, porquanto tinha plena consciência de que Meirelles na secretaria-geral seria muito mais importante do que eu na presidência.

Com a decisão já tomada, surpreendi o congresso e fiz na ocasião um pronunciamento de mais de duas horas, ouvido em silêncio respeitoso pela plateia e pelo então governador de Goiás, Mauro Borges, presente ao ato. Ofereci as razões e motivos que me levaram a desistir do pleito, dirigindo-me especialmente àqueles decididos a sufragar meu nome. O gesto elevado de desprendimento marcou e fui aplaudido pela unanimidade dos congressistas durante vários minutos. Na ocasião, o representante da bancada de Goiás propôs que não se realizasse mais o concurso nacional de oratória, promovido em todos os congressos da Ubes, e que o título de melhor orador secundarista do Brasil me fosse outorgado, como reconhecimento pelo meu elevado espírito de renúncia, compreensão e solidariedade. Aprovada a sugestão, sem um único voto discordante, recebi o título,

mas nunca fiz uso do diploma, que muito me honra e que até hoje guardo com muito carinho.

Participamos do movimento estudantil, nas décadas de 50 e 60 do século passado, e experimentamos um momento fecundo da história do Amazonas e do Brasil, ao lado de valorosos companheiros, firmes em suas convicções ideológicas. Impossível deixar de trazer de volta à memória nomes como Edy Conrado, Flávio Caçapa, o poeta Ernesto Penafort, o grande Moisés Nobre Leão, notável intelectual, Waldir Machado, os irmãos Parazão e Parazinho, Erimar Neves Grana, Edgar Ribeiro de Souza e o autor, o nosso Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo, uma referência nos congressos, pela inteligência na tribuna e pela coordenação política, além de valente e corajoso no enfrentamento das posições que adotava. E tantos outros.

Assim, o 1.º de abril significou o desastre para a nossa geração, com a ruptura da ordem constitucional e da legalidade democrática. Foi um dia terrível. Logo na primeira semana do golpe, encontrava-me na esquina da Sete de Setembro com a Eduardo Ribeiro, quando fui detido e levado para a Chefatura de Polícia, que funcionava nas proximidades, no início da Marechal Deodoro. Na oportunidade era chefe de Polícia, equivalente hoje a secretário de Segurança, o advogado Carlos Genésio Braga, pessoa com quem mantinha relações cordiais.

Fora nomeado pelo governador Plínio Coelho que, embora ainda no poder, de fato não dirigia mais o Estado. Quem na verdade dava as cartas era o coronel decano, Alípio de Carvalho, pois o general Nairo Villanova, comandante militar da região, tinha compromissos com a esquerda e era janguista, em razão do que havia sido virtualmente afastado de suas funções. Minha primeira prisão deu-se em consequência de um manifesto assinado por um grupo denominado de Comitê de Resistência do Norte, que estava sendo distribuído em Manaus, elaborado, como soubemos mais tarde, pelo jornalista Ernesto Pinho Filho, admirável companheiro, que na ocasião também se encontrava detido no prédio da Polícia Civil.

Perante o chefe de Polícia, Ernesto Pinho Filho chegou a admitir que era o autor e que ele é que vinha distribuindo o questionado manifesto. Percebendo a gravidade da confissão, de pronto o interrompi, induzindo-o a reconhecer que de fato havia assinado, mas outro manifesto, recém-publicado no jornal *A Crítica*, muito mais suave e palatável, e não o do Comitê, que, além de violento contra os insurgentes, anunciava a resistência na região ao golpe militar. Insisti que o documento do tal movimento não fora subscrito por ninguém. E Ernesto compreendeu e acedeu, corrigindo a declaração anterior e remediando a situação, pelo menos no momento. Mais tarde, no entanto, diria ter sido o real criador do manifesto, em confiança ao general Villanova, que simplesmen-

te mandou tomar por termo a declaração, numa atitude das mais sórdidas e na tentativa de salvar a própria pele.

Ernesto Pinho Filho, talvez por ingenuidade ou por entender que o golpe teria curta direção, sem desmerecer suas qualidades pessoais de grande companheiro, decente, corajoso e correto, pode ter concluído que criando um movimento de oposição dura ao golpe, poderia credenciar-se como heroi da resistência, tão logo vencida a curta insurreição militar. Como se viu, estava redondamente enganado, foi o primeiro a ser preso e o último a sair do Quartel Militar de São Jorge.

Naquela época, embora tido e havido como subversivo, expressão de uso frequente pelos golpistas, como primeiranista da Faculdade de Direito, já me deixava impressionar pelas aulas proferidas pelo professor Samuel Benchimol. Tratava-se de um liberal, mestre da cátedra de Economia Política, que lançava mão de todos os recursos para orientar seus alunos, com análises científicas da realidade e dos fatos econômicos. Comecei a partir daí a alimentar muitas dúvidas, um desafio diante das certezas fundadas em minhas convicções marxistas-leninistas, que fariam com que pudesse rever posições que julgava para sempre estratificadas. Encontrava-me, portanto, numa fase de inquietação ideológica, sob os influxos das aulas instigantes de Benchimol, quando sou apanhado pelo golpe militar de abril. E é aí que a violência e o as-

salto à legalidade democrática e constitucional fizeram renascer em mim toda a vontade revolucionária, mas agora com matizes inteiramente românticas e não mais ideológicas.

Fui preso no dia 20 de abril de 1964. Morava na praça General Osório. Quando me dirigia para a Faculdade de Direito, ao passar pelo cruzamento da 7 de Setembro com a Lobo d'Almada, fui advertido pelo dono da Kit Kat, uma loja de fazendas que havia no local, de que tinham acabado de prender o Cid Cabral, proprietário de uma alfaiataria nas proximidades. Logo percebi que poderia ser o próximo e admiti a hipótese de ser preso nas dependências da Faculdade, para servir de exemplo, mas mesmo assim segui em frente. Estava psicologicamente preparado, tinha mandado minha mulher Tarcila Mendes para Belém, pois tinha pavor que a prendessem, por sua participação no movimento estudantil, uma vez que fora presidente da União dos Estudantes Secundários do Amazonas – Uesa.

Ao chegar à Faculdade, não deu outra. Em torno das cinco da tarde, vi o primeiro capacete verde e em seguida um grupo de soldados que ali chegavam. Comandados pelo capitão Amazonas, subiram os poucos degraus de entrada do prédio. Acercando-se de mim, o militar me perguntou: 'é você que é o Amazonino?'.

Ao dizer que sim, tive na hora como resposta o ríspido anúncio: 'então você está preso', concluiu o militar.

Não movi um músculo da face, não dei o braço a torcer, não dei motivos para que conseguissem o que pretendiam, não iria permitir que me usassem como exemplo, especialmente junto aos meus colegas do curso de Direito. Bem, 'já que estou preso, vamos embora', observei na ocasião, dirigindo-me ao capitão Amazonas, que mais tarde se tornaria famoso pela truculência e pela avidez incontrolada em busca do poder no Estado.

No ato, um colega nosso surpreendeu a todos, porquanto de temperamento pacífico e cordial, ao indignarse contra a violência militar, proclamando em alto e bom -som seu protesto: 'Prender um colega dentro do prédio da Faculdade é um absurdo, uma agressão sem limites, uma ação intolerável, que merece receber de todos nós pronta reação'. Tratava-se do querido amigo Afrânio de Sá, a quem de imediato tranquilizei, agradecendo-lhe o gesto nobre e corajoso de solidariedade, mas instando que encerássemos de vez o episódio de minha prisão arbitrária e injusta. E assim fui recolhido naquela mesma tarde ao quartel de São Jorge, onde se encontravam presos outros companheiros e amigos.

Vivemos dias penosos e tivemos alguns fatos dramáticos e outros até mesmo hilariantes. Quem conhece

o Arlindo Porto, também preso conosco, sabe de seu acendrado espírito de humor e de suas inclinações para o chiste permanente. Fez-nos assim enfrentar com maior paciência as contingências do cárcere. Lembro de um fato divertido. Um belo dia chega preso ao nosso alojamento um cidadão em estado deplorável. Entrou sem disfarçar o nervosismo, sem olhar para os lados e com a blusa cobrindo-lhe o rosto. Jogou-se em cima de uma cama velha qualquer e ficou quieto, sem se mexer, todo encoberto por um lençol. Ao observar o quadro, Arlindo aproximou-se do novo prisioneiro e com um piscar de olhos na minha direção, começou a tecer os seguintes comentários, em voz alta: "É, talvez eles me fuzilem hoje. Já fuzilaram fulano, beltrano e cicrano". Enquanto isso víamos que a vítima começa a tremer debaixo da coberta improvisada, em estado extremo de pavor, o que nos levou a insistir na conversa, ao lado do catre. "É isso aí, Amazonino, os militares nos chamam, dizem que estamos livres e quando nos preparamos para sair da prisão, o que encontramos no final é o cemitério, um caminho sem volta". Passadas algumas horas, chegou a ordem de soltura do novato na prisão, nas mãos de um tenente que anunciou a decisão e pediu que o acompanhasse até o portão principal do quartel. Mas, diante do que ouvira de Arlindo e em pânico, o recém-liberto não queria sair da prisão de jeito nenhum, esperneava e gritava, até ser convencido de que de fato estava para livre. Ainda as-

sim, apavorado, foi saindo de costas, renitente, em quase estado de choque, episódio dos mais hilariantes.

Pelo lado trágico, presenciamos a chegada do Campos Dantas. Um homem de mais de 70 anos, aposentado, que então morava no Rio de Janeiro. Uma coisa absurda, sem nenhuma justificativa e sob qualquer ângulo, uma violência inominável. Trouxeram-no do Rio e o arrastaram até a prisão, onde o deixaram prostrado pela idade bem avançada, uma agressão extrema e dolorosa para um cidadão que não oferecia o menor perigo ou ameaça aos militares golpistas e ao movimento insurrecional. Vale dizer que Campos Dantas não tinha mais a menor participação em qualquer ação de esquerda no Amazonas. Tinha atuado lá atrás, há dez ou quinze anos, na campanha do Petróleo é Nosso, mas no momento encontrava-se ausente da luta política da época. Com o Licurgo Cavalcanti, também bastante idoso, aconteceu algo que pode ser considerado tragicômico. Tratava-se de um homem pacífico, tranquilo, simples em todos os sentidos, mas mesmo assim era visto como de alta periculosidade, tido como organizador de guerrilhas na região e na selva, apenas porque trabalhava no Departamento de Terras do Estado.

Foi um período pesado. Manaus era uma cidade de dimensões acanhadas, com uma economia incipiente ou em vias de estagnação. As limitações eram enormes,

não havia Zona Franca e o nível de empregabilidade mostrava-se muito baixo. Além do mais, fomos todos rotulados como portadores de uma espécie de doença contagiosa, tinham até mesmo medo de falar conosco. Vivíamos à margem. Havia sido preso no dia 20 de abril e somente saí da prisão em 27 de agosto. No meu caso, a situação tornou-se bem mais grave, pois meu primeiro filho nasceu logo após ter deixado a prisão, no dia 6 de setembro, e passei a enfrentar todo tipo de dificuldade para alimentá-lo e abrigá-lo. Foi o momento mais duro e dramático da minha vida, vendi ações do Olímpico Clube e de outras empresas, chegando a viajar ao Acre com o mesmo propósito. Perdi dois anos em meu curso de Direito; um, porque fui preso; e outro, porque precisava encontrar meios de sustentar minha família.

Tudo somente começou realmente a melhorar quando obtive o diploma de bacharel em Direito, fato que me permitiu participar do escritório do Dr. Vicente de Mendonça Júnior, advogado experiente e dos mais notáveis da época, que me ensinou com competência a desvendar os caminhos muitas vezes tortuosos da profissão. E somente em 1982, com a abertura que daria ensejo ao processo de redemocratização do país, reencontro-me com a atividade política com o retorno de Gilberto Mestrinho ao poder, eleito governador, que me convidou para exercer o espinhoso cargo de prefeito de Manaus, no qual tomei posse no ano seguinte de 1983.

Em 1986, com o inestimável apoio de Mestrinho, elegi-me governador e passei a desenvolver intensa atuação política, de amplo conhecimento da população amazonense.

Bem, em grande parte, todos esses fatos integram a obra de Paulo Figueiredo, tempos muito difíceis, suportados por quem viveu naquela época. Trata-se, portanto, de leitura indispensável e ao mesmo tempo agradável, pelo estilo suave e inteligente do autor. Vale a pena ler e conferir.

Amazonino Armando Mendes

O GOLPE DE ABRIL

1.º de abril. Este foi o dia do golpe militar de 1964. Nesta data inaugurou-se a ditadura que duraria 20 anos, até 1985, uma pesada e longa noite que esmagou a liberdade e a esperança. Os golpistas buscaram datá-lo em 31 de março, apenas para desatrelar a quartelada do dia da patranha, da mentira, da impostura, da fraude.

Logo nos primeiros momentos do assalto à legalidade democrática, vencida qualquer perspectiva de resistência, a angústia pregou-se na alma de todos nós, sufocante e aterradora. Será que um dia ainda veríamos tudo aquilo passar? Os coturnos negros, lustrosos, sinistros, e a prepotência, tudo em nome do monopólio dos sentimentos patrióticos. O nacionalismo verde-amarelo, da falsa moralidade, da defesa da família e da propriedade, ameaçadas pela 'república sindical e pelos vermelhos sem Deus e sem Pátria' desaguaria mais tarde no castrador 'Brasil, ame-o ou deixe-o'. Será que um dia ainda alcançaríamos a manhã plena de sol, que havíamos sonhado dividir na mesa da solidariedade entre os homens?

Em 1964, Manaus era uma cidade muito mal iluminada e a escuridão ficou ainda mais insuportável.

De repente, o silêncio. A praça da Polícia, geografia de muitas emoções no 'footing' das tardes de domingo, tornou-se soturna. O Café do Pina, palco dos nossos mais puros sentimentos e anseios, fecundados pela discussão política e filosófica, não tinha mais a nossa presença, uma vez ausentes da nossa própria alma, errantes e sem futuro.

Era o quadro do desespero, que imaginávamos nunca mais fosse acabar, pois não vislumbrávamos à época uma única fresta que pudesse anunciar o reencontro com a liberdade e a democracia. Toda uma geração, agora de luto, mergulhada numa indagação que martirizava: até quando?

No início, alguma tentativa de enfrentamento do golpe, mas logo vencida pela força massacrante dos vitoriosos. As prisões e em seguida o mormaço e a solidão que conseguiram asfixiar qualquer projeto remanescente de luta contra a opressão, enquanto as cassações políticas afastavam lideranças reais e potenciais que poderiam capitanear o embate em defesa da restauração das liberdades civis e públicas.

Tivemos até uma tentativa enlouquecida de implantação de uma luta de guerrilha na selva, que terminou sem sequer ter começado. Um projeto de um grupo de quatro ou cinco guerrilheiros imaginários, fruto da

insensatez levada às últimas consequências, que os conduziu ao naufrágio imediato, no primeiro embate, que também não chegou a acontecer. Uma alucinação amazônica, uma inimaginável ilusão selvática, nada além.

Ernesto Pinho Filho, ao entender que a insurreição armada teria curtíssima duração, imaginou e criou de forma solitária o que chamou de Comitê de Resistência do Norte. Foi um deus nos acuda. Imediatamente detido pela polícia ainda durante o governo de Plínio Coelho, em companhia do líder estudantil Amazonino Mendes, assumiu a paternidade da ideia e pagou pela iniciativa. Preso no Quartel do Exército em São Jorge, foi o último a deixar a prisão, frustrado e convencido da inexistência do ato de sua criação, mais um desvario amazônico, sem pé nem cabeça. Quando fui preso pelo coronel Cascais, nomeado chefe de Polícia pelo golpe, em uma noite longa de interrogatório no velho casarão da Marechal Deodoro, o que mais me perguntaram foi sobre o tal Comitê de Resistência do Norte, a respeito do qual não tinha a menor informação, pois nem sequer sabia de sua existência. Cascais, professor do Colégio Brasileiro e radical direita, enfurecido, ainda insistiu madrugada adentro com a história do Comitê, mas sem o menor êxito. Profundamente apreensivos, os militares e seus sequazes admitiam que poderia estar em curso um grande movimento regional de resis-

tência à 'Revolução', do Pará ao Acre, que precisaria ser sufocado no nascedouro.

Amazonino Mendes, que viria a ser prefeito de Manaus, governador e senador da República, nos primeiros dias de abril de 1964, chegou a pensar em montar um foco de guerrilha no Amazonas, que seria implantado no alto Juruá, a partir dos seringais de propriedade de seu pai. De lá, com colunas de seringueiros, partiria a caminho do Centro-Oeste, onde encontraria com os guerrilheiros de Tarzan de Castro, líder estudantil de Goiás no início dos anos 60, companheiro e afinado com Amazonino na União Nacional de Estudantes e na União Brasileira de Estudantes Secundários.

Tudo em vão, sem jamais ultrapassar os limites do sonho, como resultou evidente, para alívio dos militares insurretos.

Bem, aqui no Amazonas não experimentamos a tortura física. Fomos afinal protegidos pela distância, porquanto jamais representamos perigo concreto ao novo *establishment* militar. Ainda assim, quem viveu aqueles tempos, quem sofreu a dura aflição da incerteza, haverá de carregar para sempre as marcas da escuridão, nem que seja como sinal de alerta, diante de qualquer investida contra a democracia, o bem político mais precioso do cidadão livre. A violência extrema

contra militantes amazonenses de esquerda ocorreu no Rio de Janeiro. Naquela cidade, nos primeiros dias do movimento sedicioso, assassinaram Antogildo Pascoal Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores do Amazonas, onde também mais tarde desapareceria Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, uma das maiores expressões da inteligência de nossa geração.

O sofrimento maior aqui foi de ordem moral, que se estendeu das prisões à frustração permanente diante da falência de um grande e generoso projeto de libertação e desenvolvimento nacional, que mobilizava corações e mentes, com a ascensão do presidente João Goulart ao poder. É evidente que a defraudação militarista foi gigantesca, que se prolongaria por anos e anos, causando muito desalento e dor.

Afinal, alimentávamos todos, ainda muito jovens, românticos por excelência, a expectativa de um mundo novo, igual e justo, longe das profundas diferenças sociais que ainda hoje marcam a sociedade brasileira. Com o golpe, a truculência impôs-se sobre a ternura, com a falência da fraternidade e do sonho.

Foram tempos verdadeiramente amargos e as lembranças são tantas e tão vivas que jamais sairão da memória.

Não há como deixar de recordar o encontro dramático que tivemos com o general Nairo Villanova Ma-

deira, então comandante do Exército no Estado e compadre de Jango Goulart, que tinha residência oficial na Praça do Congresso, na esquina com a Ramos Ferreira, no dia 1.º de abril de 1964. Ali chegamos, Fernando Vitalino, dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores, Bonates, presidente do Sindicato dos Bancários, Manuel Rodrigues, vereador em Manaus do velho 'partidão', Jacinto Corrêa, do Sindicato da Copam, Fábio Lucena, orador do grupo, eu, que representava na ocasião a Uesa – União dos Estudantes Secundários do Amazonas, e outros companheiros, todos movidos pela ideia de resistir ao golpe e à ditadura.

Fomos recebidos na sacada da casa, bem cedinho, em torno das 7 da manhã, pelo próprio general, que ainda se encontrava vestindo pijama. Acolheu-nos com cordialidade e entramos com ele na pequena sala, onde havia um sistema de comunicação por fonia, permanentemente ligada, com a qual o militar acompanhava os acontecimentos em Brasília e no Brasil. Assim, monitorava, segundo a segundo, a derrocada do regime constitucional e a deposição de seu compadre-presidente.

Tomando a palavra, Fábio Lucena, com a eloquência que lhe caracterizava, anunciou que estaríamos deflagrando uma greve geral de trabalhadores e estudantes. E, a partir daquele momento, o movimento fecharia o porto e o aeroporto de Manaus, isolando o Estado do

restante do país. Era a resistência que oporíamos no coração da Amazônia à ação golpista da direita no Brasil.

Nairo Villanova, embora mantendo a tranquilidade, foi incisivo: "A propósito, além de estar de pijama, sou um general de pijama. Quero sair daqui já na condição de general da Reserva, sem maiores problemas, recolhendo-me ao silêncio. Não tem mais jeito, perdemos a guerra, Jango está a caminho do Uruguai. Tudo bem, a decisão não é minha, mas quero avisá-los de que reprimirei qualquer ação de resistência, e reprimirei com as armas que se fizerem necessárias. Por favor, não me criem maiores dificuldades. Insisto, perdemos a guerra, esta é a realidade". E encerrou a reunião.

Foi assim que o general progressista, que sempre esteve ao nosso lado nos embates contra o segundo governo de Plínio Coelho, pôs um ponto final em todas as nossas expectativas de combate ao Golpe de Abril de 1964. Saímos do encontro cabisbaixos e perplexos, sem rumo, mas, ainda assim, jamais poderíamos imaginar que a violência institucional e a crueldade contra o ser humano tomaria conta da Nação durante tanto tempo. Nairo Villanova foi transferido para a Reserva pelo Ato n.º 3, de 11 de abril de 1964, pelo Comando Supremo da Revolução, ao lado de tantos outros militares patriotas.

A PRISÃO DE AMAZONINO

Abril de 1964, segunda quinzena. O clima dia a dia tornava-se mais pesado. O governador Plínio Coelho pintava e bordava, dava a vida para manter-se no cargo. Acabara de oferecer um jantar ao general Jurandir Bizarria Mamede, na chamada pérgula do Hotel Amazonas, na época o local mais elegante da cidade. Na ocasião proferiu longo discurso laudatório em homenagem ao militar presente e a todos os golpistas que haviam assaltado o poder constitucional no país. Mandou às favas sua biografia política, toda ela construída no mesmo PTB do presidente deposto João Goulart, na sôfrega esperança de continuar no comando do Palácio Rio Negro.

No ambiente, já irrespirável, militares do Exército de média patente, capitães, majores e coronéis, travavam luta fratricida pela conquista do governo do Amazonas. Portanto, era preciso mostrar serviço, prender o máximo de comunistas e subversivos, reais ou imaginários, mesmo aqueles que não poderiam oferecer a menor resistência, como no caso do barbeiro Belarmino Marreiro, Campos Dantas e Licurgo Cavalcanti, todos

com idade bem avançada. Afinal, assim contariam pontos preciosos na corrida enlouquecida pela substituição de Plínio Coelho, sem jamais imaginarem que o novo governador já estava escolhido por Castelo Branco, na pessoa do intelectual, historiador e amazonólogo Arthur Cézar Ferreira Reis.

Na outra ponta, do lado de cá, a angústia, o tormento da derrota e o sentimento de desesperança tomavam conta de todos nós, perdidos e sem saber o que fazer no coração da selva amazônica. Os jornais, sem uma única exceção, defendiam o golpe militar e em suas edições diárias anunciavam em manchetes exageradas as prisões que começavam a ser feitas em Manaus. Amazonino Mendes, na condição de líder o mais expressivo do movimento estudantil amazonense, com inserção nacional reconhecida, tinha prisão anunciada. Ainda assim, não se evadiu e arrostou o medo. Já casado e com o primeiro filho a caminho, preferiu permanecer na rotina de uma vida pessoal difícil, agravada pela nova e sufocante realidade que o Brasil passou a experimentar.

O Café do Pina, nossa tribuna até então inexpugnável, a República Livre do Pina, onde enfrentávamos a truculência do governo Plínio Coelho, expressava a imagem da solidão, do vazio que doía na alma. Lá, chegávamos agora assustados, quando chegávamos,

devagarinho, olhando de lado. À noite, na expectativa de que estaríamos um pouco mais protegidos pela escuridão, ainda conseguíamos fazer uma ou outra roda de amigos e companheiros. E foi ali, entre sussurros entrecortados de temor, que recebemos a notícia da prisão de Amazonino Mendes, ocorrida num final da tarde, 20 dias após o golpe, no interior da Faculdade de Direito.

Encerrava-se um dia de céu azul esplêndido, sem nuvens, belo, mas perverso. Amazonino, ao dirigir-se à Faculdade, passou pela Drogaria Fink. Com o paletó sobre os ombros, de uso então obrigatório para os estudantes de Direito, comprou tubo de pasta e escova na farmácia do velho judeu, com o vivo e premonitório sentimento de que poderia ser preso a qualquer momento. Não deu outra, poucos minutos após sua chegada à 'Velha Jaqueira', recebeu voz de prisão no pórtico do antigo prédio da praça dos Remédios, anunciada em tom agressivo pelo conhecido capitão Amazonas. Três jipes do Exército estacionados em frente, com vários soldados portando baionetas caladas e metralhadoras, aguardavam pelo mais novo prisioneiro da ditadura militar recém-instalada.

O estudante Afrânio de Sá, mais tarde conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, ontem e hoje, amigo querido, com extrema coragem, caracterís-

tica de sua personalidade, foi o único a esboçar reação, ao lavrar sua indignação contra a prisão arbitrária de seu colega, incrível, nas dependências da Faculdade. Um acinte, uma violência intolerável, como disse em ensaiado discurso de protesto logo contido por Amazonino, que preferiu deixar-se prender em silêncio, sem reação, ainda assim, altaneiro e imperturbável. Com dignidade, senhor de suas verdades e consciente da ideologia com a qual vinha formando sua liderança, desceu os poucos degraus da escada central da Faculdade para entrar no único jipe sem capota, no qual desfilou pela cidade, em nítida ação de intimidação dos estudantes e da população de Manaus.

Conduzido ao quartel do Exército no bairro de São Jorge, foi mantido preso por mais de quatro meses, ao lado de tantos outros, patriotas honrados e cidadãos amazonenses, de repente considerados perigosos subversivos.

O VIEIRA

Os jornais abriam em suas páginas espaço generoso em defesa do golpe militar e manchetes diárias davam conta das prisões já realizadas pelo Exército. Outras matérias jornalísticas traziam os nomes de comunistas e subversivos de vários naipes, que estavam sendo procurados em Manaus, numa grande varredura policial-militar que alcançava todos os bairros da cidade, de população ainda modesta, algo em torno de trezentos mil habitantes.

Andávamos sobressaltados e a onda de boatos que circulava a todo momento aumentava o clima de extrema tensão que nos envolvia. A qualquer hora recebíamos informações sobre uma nova prisão. Ou, ainda mais grave, a respeito da transferência de alguém já preso para Fernando de Noronha, em Pernambuco. Felizmente, logo em seguida, percebíamos que tudo não passava de uma ação psicológica de intimidação, com a qual os golpistas pretendiam eliminar ou sepultar qualquer resistência, ainda que mínima, aos comandos "revolucionários" no Estado.

Bons comunistas de carteirinha, que já havíamos lido *Subterrâneos da Liberdade*, clássico da literatura po-

lítica de Jorge Amado, ou *Memórias do Cárcere*, com a mesma temática do mestre Graciliano Ramos, podíamos agora imaginar o que nos esperava no cárcere da ditadura naquela ilha pernambucana, com as piores expectativas, evidentemente exageradas na ocasião. Em sua primeira fase, o movimento militar patinava, distante da crueldade institucionalizada que viria a ser implantada a partir do Ato Institucional n.º 5, que promoveria novo golpe dentro do golpe.

Recolho neste instante na memória o título de primeira página de um diário local, em letras garrafais, como se dizia antigamente, que anunciava a perseguição encetada pelas forças militares contra o líder estudantil Álvaro Gaia Nina, cuja prisão deveria ser logo anunciada, tido como subversivo dos mais procurados, verdadeiro troféu para os agentes do golpe que conseguissem prendê-lo. Fracassaram redondamente, mesmo naquela Manaus de reduzido porte urbano, quanta incompetência, pois jamais colocaram a mão ou encontraram o nosso Gaia, insuperável tribuno popular, refugiado em lugar seguro.

Era este o ambiente, no qual passamos a viver em nossa velha e querida província, berço de todos nós, onde até bem pouco tempo acalentávamos sonhos de libertação e de desenvolvimento do Brasil e de nossa região. A situação era de terror. Estávamos sob perma-

nente ameaça, prestes a ser apanhados pela malha violenta da ditadura que se instalara no país.

E é neste quadro que se movimenta o 'companheiro Vieira', como gostava de ser chamado, tipo curiosíssimo, que participava de nossos encontros de final de tarde na praça da Polícia e no Café do Pina. Surgiu, de repente. Nunca se soube de onde veio e muito menos onde morava. Baixinho, um metro e cinquenta, se tanto, cabelos curtos e levemente encarapinhados. Gordinho, mais do que isso, roliço, o que salientava sua curta estatura. Os gozadores, e os havia alguns dentre nós, pregaram-lhe logo um apelido relacionado ao líder maior da Revolução Russa de 1917, Vladimir Lênin. Impublicável, mas assim passou a ser conhecido em nosso círculo. E creio que o próprio, no fundo, no fundo, alimentava certa ponta de prazer e de orgulho em ter sua figura física vinculada ao notável revolucionário russo, mesmo sob a forma de apodo censurável.

Vieira, naqueles tempos difíceis, aparecia sempre no lusco-fusco, ao anoitecer. De surpresa, com a barba sempre por fazer, cerrada, empurrando o rosto soturno no meio da roda, entre pernas, perguntava de inopino: "E aí, quem daqui já foi depor, você já foi depor?", indagava a cada um de nós. Primeiro, tomávamos o maior susto do mundo, enquanto Vieira, com muita tranquilidade, revelava que vivia diante da probabilidade per-

manente de ser intimado pelo Exército para prestar depoimento. E arrematava: "Olha, a qualquer momento eu chego lá, não sei por que ainda não me chamaram", dizia com indisfarçável vaidade, imaginando-se dos mais importantes no contexto. Vencida a pior fase da refrega, assim que o encontrávamos, a pergunta vinha entre gargalhadas: "E aí, já foi depor?", nova alcunha, sempre respondida com muito bom humor.

Passei anos sem vê-lo. Um belo dia reapareceu. Agora, como professor da rede pública de ensino, pedindo-me que fosse seu advogado numa questão trabalhista que pretendia mover contra o Estado. Formulei a ação e obtivemos êxito. Em seguida, Vieira sumiu novamente. Não sei se ainda anda por aí, ou se já desceu o grande rio.

Uma alma simples. Ainda bem que ele nunca foi depor.

A RETIRADA

Ernesto Che Guevara, expressão a mais comovente do romantismo revolucionário, dizia que a primeira obrigação de um combatente é manter-se vivo. Foi com inspiração nas reflexões do líder cubano que organizamos a retirada de cena do estudante Álvaro Gaia Nina, diante de sua iminente e anunciada prisão pelos militares. Os jornais davam como inevitável a captura do 'perigoso subversivo', que assim faria parte do grupo que já se encontrava recolhido ao quartel do Exército em São Jorge. Quanta baboseira, mesmo porque ninguém, isoladamente ou em conjunto, poderia resistir ao golpe de 64, no Amazonas, região de peso praticamente inexistente no concerto da Federação.

Ainda assim, os militares ficavam vendo fantasmas em cada esquina, ciosos de que deveriam participar da caça às bruxas que se desenvolvia em todo o país pelo movimento golpista. Além do mais, alguns deles, prendendo o máximo possível de 'subversivos' amazonenses, contariam pontos preciosos em sua corrida enlouquecida pela conquista do governo do Estado. Logo em seguida, quebrariam a cara, com a eleição de Arthur Reis governador, pela Assembleia Legislativa e por indicação do marechal Castelo Branco, o primeiro

dos presidentes militares e líder maior da quartelada de abril.

Cientes do quadro crítico, que evoluía com risco elevado no dia a dia da cidade de Manaus, cuidamos de deslocar o nosso Gaia e outros companheiros mais visados para um lugar seguro, onde não poderiam ser encontrados. Dentre eles, encontrava-se Alfredo Santana, que presidira a Uesa e na ocasião era secretário-geral da Ubes, União Brasileira de Estudantes Secundários. O coronel Cascais, da Polícia Militar, de extrema direita, que havida sido seu professor no Colégio Brasileiro, daria a vida para pôr as mãos em Santana, que atualmente é promotor de Justiça aposentado.

Confesso que hoje não seria capaz de identificar o local. Creio que ficava pelos lados do Japiim ou da Raiz e lá chegávamos num jipe bastante usado, com o qual vencíamos com dificuldade vários ramais de terra batida e de igarapés rasos. Era um sítio bem simples, de casa rústica de madeira e cômodo único, mas com uma piscina natural de águas translúcidas de fazer inveja, que ainda recordo com nitidez e saudade, apesar de toda a tensão vivida naquela época.

Edgar Ribeiro de Souza, acriano de Tarauacá e acadêmico de Direito em Manaus da Velha Jaqueira, ficou responsável pela montagem da estratégia de ar-

recadação de fundos necessários à aquisição de suprimentos de sobrevivência para os companheiros refugiados. Estivemos juntos na ação e recebemos recursos do médico humanista Moura Tapajós, do cientista Djalma Batista e do empresário Osvaldo Silva, proprietário da Drogaria Leão, que ficava na rua Barroso, em frente ao prédio da Biblioteca Pública, ao lado de outros poucos e assustados colaboradores. A contribuição mostrou-se relevante, não pelo valor, realmente modesto, mas pela coragem do gesto, comovente sob todos os aspectos, naqueles tempos difíceis.

A cada sábado, bem cedinho, fazíamos o rancho semanal no Mercadão e o levávamos ao refúgio dos companheiros. Edgar, sério e estudioso, de convicções ideológicas inabaláveis e analista político invejável, mais tarde, já na cidade do Rio de Janeiro, seria preso, torturado e condenado pela ditadura. Cumpriu pena no presídio da Ilha Grande. E, após a anistia, novamente juntos, participamos do movimento de moradores do Estado do Rio de Janeiro, na condição de advogados da Famerj. Também ajudamos a eleger Leonel Brizola governador do Rio, como membros e dirigentes do Partido Democrático Trabalhista. Uma noite, antes das eleições de 1982, levei Brizola ao apartamento de Edgar, em Copacabana, ocasião em que tivemos um longo e rico debate político, com muitos dos líderes da sociedade civil organizada no Estado.

Os militares de média patente, responsáveis pela repressão nos primeiros meses do golpe no Amazonas, seguramente decepcionados com a não indicação de nenhum deles para governar o Estado, terminaram por afrouxar um pouco os laços persecutórios, talvez conformados com as prisões já efetuadas e que já enchiam as celas do quartel de São Jorge.

Vim a saber depois de muitos anos que o sítio era de propriedade de um parente de Hermes Brandão, parintinense e amigo de Alfredo Santana e Gaia, ambos também nascidos na Ilha de Tupinambarana. O certo é que o esconderijo jamais foi encontrado, felizmente.

A 'RESISTÊNCIA'

Fui preso em 1964 pelo coronel Cascais, da Polícia Militar. De extrema direita, professor do Colégio Brasileiro, dirigido pelo mestre Pedro Silvestre, educador de muitas gerações de amazonenses, Cascais foi nomeado chefe de Polícia pelo novo governador Arthur Cézar Ferreira Reis, representante maior do golpe militar no Amazonas, a partir de sua indicação pelo marechal Castelo Branco, eleição e posse. O exercício do comando da Polícia Civil na época corresponderia ao cargo hoje exercido pelo secretário de Segurança Pública do Estado, de grande importância naqueles tempos de Manaus província, cidade que hospedava população modesta.

Varei a primeira noite da prisão no gabinete de Cascais, que ficava no andar superior de um prédio antigo, localizado na rua Marechal Deodoro, bastante conhecido como o velho casarão da Marechal Deodoro. Respondi, junto com Valdir Barros, do Sindicato dos Empregados da Construção Civil e aluno do Colégio Rui Barbosa, preso na mesma ocasião, a um longo interrogatório. Imputavam-me o delito de ter mimeografado e distribuído uma carta do deputado Almino Affonso, vinda do exterior, onde amargava doloroso

exílio, após a cassação de seu mandato de representante do povo amazonense na Câmara Federal. Também suportei a acusação de pertencer ao Partidão e de desenvolver ações subversivas no seio do movimento estudantil local, com articulação de âmbito nacional.

As respostas, sempre negativas, eram respondidas com firmeza e convicção, ainda que permeadas por sucessivas ameaças feitas pelo comissário e delegado-geral Walter Rodrigues, que efetuara nossa prisão. "Vamos logo fazer o serviço com os meninos, doutor-chefe", "o jipe está ligado, esperando, e no pau de arara todos eles falam", dizia o policial, ávido, mais realista do que o rei, e à disposição dos novos donos do poder, sem reservas ou limites.

Mas Cascais persistia, com surpreendente paciência, na esperança de que não resistiríamos às pressões psicológicas que vinham subindo de tom a cada hora. Já madrugada alta, ainda que insistíssemos em negar tudo, fomos apresentados a um manifesto, de responsabilidade de um grupo denominado Comitê de Resistência do Norte, datilografado em espaço simples, também impresso em mimeógrafo e que tomava conta de uma página inteira. No documento, além da conclamação de resistência ao golpe, anunciava-se a existência de um movimento constituído e organizado com bases estruturadas em toda a região amazônica, do Pará ao

Acre, e que se oporia à quartelada militar, com as armas que se fizessem necessárias.

É evidente que um manifesto de natureza regional, com tamanha dimensão geográfica, haveria de provocar verdadeiro frisson dentre os militares golpistas. Nele, passaram a enxergar uma ação ampla e conectada com todos os segmentos da sociedade, com o objetivo de criar um grande foco de oposição ao novo regime na Amazônia. Cumpria, portanto, identificar as origens da iniciativa e qual o tamanho real do projeto, no Amazonas e nos demais Estados do Norte.

Tão surpresos estávamos nós com o Comitê que nos foi apresentado naquele momento, quanto os policiais que nos interrogavam. Não sabíamos nada a respeito, absolutamente nada. Mesmo assim, como não poderia deixar de ser, não conseguimos esconder certo brilho de esperança nos olhos, com a proposta de resistência que imaginávamos com alguma chance de êxito, com a maior ingenuidade do mundo.

Cascais insistiu com a história do Comitê, mas em vão. Em seguida, como não conseguiu obter uma palavra sequer a respeito da 'resistência regional', passou a inquirir-nos sobre a participação de vários nomes nos movimentos de esquerda no Amazonas. Também não teve o menor êxito. Lembro bem das repetidas inda-

gações sobre a atuação de Francisco Vasconcelos, funcionário do Banco do Brasil e presidente do Clube da Madrugada. Confesso que até hoje não consigo atinar muito bem sobre as razões de tanta insistência. Sereno, figura humana das mais amáveis, Vasconcelos, depois transferido para o Banco do Brasil de Santos, em São Paulo, jamais representou qualquer tipo de ameaça ao regime autoritário, embora dirigisse o Clube da Madrugada, a mais importante organização de intelectuais do Estado, e alimentasse opinião sólida sobre os acontecimentos que levaram à ruptura da ordem constitucional.

Informaram-me meses depois que o Comitê não passara de um devaneio, de uma criação solitária de Ernesto Pinho Filho, jovem jornalista e advogado, então servidor da Supra – Superintendência da Reforma Agrária, dirigida no Amazonas por Adel Mamede, casado com a bela Regina Pinho, cunhado do autor do manifesto e amigo de Almino Affonso, de quem recebeu a indicação para chefiar aquela autarquia.

Ernesto, vendo o dele e o nosso mundo cair, sob as botas do militarismo triunfante, recolheu-se à sua residência e redigiu sozinho o documento do Comitê de Resistência do Norte, sem consultar ninguém. Não sei o que lhe veio à cabeça, e deu no que deu. Foi o último a deixar a prisão do Quartel do Exército em São Jorge.

Ao sair do olho do furacão, com o tempo já um pouco amainado, tornou-se promotor de Justiça no Estado do Pará. Membro do Clube da Madrugada, revelou-se reconhecido contista e cronista, com produção esparsa em vários jornais da região. Faleceu em Belém no ano de 1996 e levou consigo a ideia da resistência contra o golpe.

A CASSAÇÃO DE ARLINDO

Arlindo Augusto dos Santos Porto, naquele dia chuvoso e quente de maio de 1964, acordou cedo, com a aurora, em sua casa narua Alexandre Amorim, nas cercanias do Quartel do 27.º Batalhão de Caçadores, onde morava com a mulher Guilhermina e quatro filhos pequenos. Durante longo tempo, a mesma casa servira de residência à dona Balbina Mestrinho, sua sogra e mãe de Gilberto Mestrinho, que havia governado o Estado recentemente, de março de 1959 a março de 1963.

Tomou uma xícara de café preto, simples e forte, que ele mesmo preparou, e leu os principais diários da cidade – *O Jornal* e o *Jornal do Commercio* –, que já louvavam sem o menor pudor o Golpe Militar de 64, com manchetes exageradas que anunciavam a prisão de vários líderes de esquerda no Amazonas. Seguiam a linha adotada pela grande imprensa brasileira, que defendia o movimento militar, tratando-o em suas páginas como Revolução de Março, que acabara de vencer a 'ameaça comunista', representada pelo governo deposto do presidente João Goulart e seu projeto de instalar no Brasil

uma 'república sindicalista', segundo o discurso da direita radical.

Arlindo Porto, como ficou conhecido pela vida afora, exercia na ocasião o mandato de deputado estadual. Fora mais uma vez eleito em 1962 pelo Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB, que dominava o cenário político local. Já tinha desempenhado as funções de líder parlamentar da maioria, como então se chamava a liderança do governo, e exerceu a presidência da Assembleia, em função da qual assumiu o governo do Estado em várias oportunidades, como substituto interino do titular.

Naquela manhã de mormaço pesado andava cheio de maus presságios. De banho tomado, vestido com o 'slack' de linho HJ que gostava de usar, foi ao quarto de sua mulher e beijou-lhe a face suavemente, fazendo o mesmo com os filhos, que ainda dormiam a sono solto. Saiu e foi ao encontro de Renato de Souza Pinto, amigo dos mais próximos, que também era deputado estadual, representante da mesma legenda do PTB no parlamento estadual.

Foram juntos à redação de *O Jornal* e *Diário da Tarde*, na Avenida Eduardo Ribeiro, e inteiraram-se dos últimos acontecimentos, com informações jornalísticas que chegavam a todo momento e de todo o país, oriun-

das das mais diversas agências de notícias que vinham cobrindo a marcha do golpe militar. Ficaram um pouco de plantão naquele ambiente, a propósito, muito familiar a Arlindo, que começou a vida profissional e cresceu na velha escola do jornalismo amazonense.

Muitas prisões continuavam sendo divulgadas e inúmeros inquéritos eram instaurados pela famigerada Comissão Geral de Investigação – CGI, que, de forma sumária e inapelável, condenava quem lhe caísse nas malhas. No Amazonas, com a criação da Sub-CGI, com o nome de Comissão Estadual de Investigação – CEI, como nos demais Estados, não seria diferente.

Arlindo e Renato almoçaram ali perto, no Bar Avenida, do italiano Meneghini, na esquina da rua Saldanha Marinho, onde hoje há uma agência de banco. Naquela época, em Manaus, tudo era sempre muito perto. Em seguida, ainda bastante apreensivos e tensos, subiram a Eduardo Ribeiro a caminho da Assembleia, que funcionava no andar superior do Instituto de Educação do Amazonas – IEA, na praça do Congresso. O clima já se tornara irrespirável, quando ambos, do janelão central do prédio que dava para a escadaria de entrada, viram sair o deputado-relator do processo de cassação de Arlindo da residência oficial do general-comandante do Exército no Estado, que ficava na mesma praça. Tinha-se, assim, no início da tarde, o sinal de que

a decisão usurpatória já estava tomada, inclusive, com o assentimento ou participação do governador Plínio Coelho, que dispunha de maioria na Assembleia, presidida por Anfremom Monteiro, homem de sua mais absoluta confiança, que não dava um passo sequer sem consultá-lo. Além do mais, sabia-se que Plínio cortejava os militares a fim de manter-se no cargo, uma tentativa que mais tarde se mostraria infrutífera.

Iniciada a sessão legislativa e posto o processo em votação, Arlindo foi cassado. Contra a medida, votaram apenas três deputados: Francisco Guedes de Queiróz, Ruy Araújo e Abdala Sahdo. Bernardo Cabral, que também era deputado estadual, não esteve presente ao ato, pois jamais testemunharia o que considerava uma imperdoável infâmia parlamentar, e Renato de Souza Pinto retirou-se sob protesto da sessão, juntamente com o próprio Arlindo, para não presenciarem o final da votação. Foi o único caso em todo o Brasil de um deputado estadual cassado pela própria assembleia, inclusive, contra enunciado da Comissão Geral de Investigações, que pretendia chamar para si a exclusividade dos atos castratórios.

Arlindo e Renato dirigiram-se ao sítio do médico Alberto Carreira, proprietário de uma rede de cinemas, que incluía o Odeon, o Polytheama e o Eden. Um 'banho', como se dizia antigamente, chamado Cassilândia,

recanto confortável e encantador, que ficava no início da estrada Manaus-Itacoatiara, nas imediações do Aero clube, e de lá ficaram acompanhando o desenrolar dos fatos, com um rádio portátil, novidade que acabara de chegar a Manaus.

Ao voltar para casa, já à noitinha, Arlindo foi preso por uma patrulha do Exército.

A PRISÃO DE ARLINDO

Após longo dia de mormaço, o tempo enfarruscou-se e um dilúvio amazônico caiu sobre a cidade de Manaus, naquele início de noite de maio de 1964. Ao chegar em casa, Arlindo Porto enfrentou a chuva grossa e a patrulha do Exército, que o esperava na rua Alexandre Amorim. Tinha vindo do sítio Cassilândia, de propriedade do médico Alberto Carreira, onde esteve em companhia de seu amigo Renato de Souza Pinto, também deputado e que mais tarde não escaparia da cassação. Assim os maus presságios, que o atormentaram desde as primeiras horas da manhã, tinham curso e culminaram com a prisão que agora era anunciada.

Com o mandato cassado pela Assembleia Legislativa do Amazonas, sob o jugo vergonhoso do Golpe de 64, Arlindo foi conduzido num jipe militar à Ilha de São Vicente, sede do GEF – Grupamento de Elementos de Fronteira. Depois de permanecer durante horas naquela unidade militar, foi conduzido ao Quartel do Exército de São Jorge e recolhido a uma saleta, que passou a lhe servir de cela, em regime de absoluto isolamento. Ainda a caminho da prisão e ao descer a João Coelho, passou pela angústia de admitir a possibilidade de ser supliciado, ao considerar que o trajeto que percorriam

poderia levá-lo a um local suspeito de abrigar a prática de castigos corporais contra presos militares que infringiam a disciplina castrense, nas cercanias da Ponte dos Bilhares. Felizmente, suas apreensões revelaram-se infundadas, fato que constatou ao ver que a viatura na qual era transportado logo tomaria o rumo do bairro de São Jorge.

Ainda com o 'slack' que vestira pela manhã, Arlindo, na solidão do cárcere, refletia sobre as razões que o levaram à prisão e à cassação de seu mandato parlamentar. Desde jovem, desde os tempos vividos nos bancos escolares do Colégio Estadual, abraçou o melhor do pensamento brasileiro, ao comungar do ideário democrático e libertário, contra a visão nazifascista que empolgava grande parte da ação da direita no Brasil. Tinha a consciência tranquila, afinal escolhera o caminho da justiça social, compatível com suas origens e visão de mundo. Combatia em defesa de uma sociedade mais igualitária e fraterna. Moço, com inclinações à esquerda e romântico por excelência, participou dos grandes movimentos de sua geração, em companhia de Bernardo Cabral, Almino Affonso e tantos outros, convictos de que interpretavam os mais puros sentimentos de nossa gente. Cabral, expressão relevante na história política do Amazonas, diz que realmente não esteve presente ao ato infame, mas que se tivesse compareci-

do à sessão teria votado contra a castração parlamentar de Arlindo, perversa, em todos os sentidos.

É natural que Arlindo se considerasse violentado em seus direitos mais elementares pela brutalidade da ditadura, embora não admitisse jamais nenhum sentimento menor de autocomiseração. Nada disso. Alimentava-se da certeza de que mais cedo ou mais tarde a agressão contra a democracia brasileira seria varrida para o lixo da história, com o retorno do país aos trilhos do estado constitucional. Além do mais, entendia que sua biografia, que anotava participação na campanha do Petróleo é Nosso, em memoráveis mobilizações políticas da sociedade e até mesmo como menino grafiteiro da esquerda, poderia explicar a ação que acabara de vitimá-lo.

Com uma semana de reclusão, recolheu o melhor presente que poderia receber na ocasião, a visita de dom João de Souza Lima, arcebispo de Manaus e grande amigo de Arlindo. A despeito da solidariedade e do conforto espiritual que o religioso lhe ofereceu, arrostando todos os riscos a que ficara exposto, passou a estabelecer com o arcebispo uma ponte de comunicação com a família e com os acontecimentos que dominavam o país naqueles anos difíceis.

O encontro com dom João revelou-se uma bênção, mesmo porque, logo em seguida, teve quebrada a segregação que lhe impuseram, permitindo sua integração com os demais presos políticos. Saiu do isolamento e encontrou-se com Amazonino Mendes, Licurgo Cavalcanti, Cid Cabral, padre Ruas, Fábio Lucena, Ernesto Pinho Filho, Letício de Campos Dantas, o barbeiro Belarmino Marreiros, Manoel Rodrigues, vereador eleito pelo 'Partidão', e outros, com quem passou a dividir as inquietudes e sofrimentos da injusta punição.

Não sofreu nenhuma tortura física, ao contrário do que ocorria com outros presos em outras regiões do Brasil. Aqui, a dor era de natureza moral, e o padecimento maior, de fundo psicológico, como ocorreu com a notícia de que todos seriam transferidos para a prisão na Ilha de Fernando de Noronha, em Pernambuco. Passados anos e anos, descobriu que o ato de sua prisão e cassação foi detonado pelo major Félix, militar conhecido na época como dos mais irascíveis, que também cultivava a esperança de ser nomeado governador pela quartelada, ao lado de outros militares de média patente no Amazonas.

Arlindo Porto preside hoje a Academia Amazonense de Letras. Tem como alegria maior na vida o fato de ter sido sempre considerado um político honesto. É o que chama de satisfação orgulhosa, porquanto, como

diz, nunca se mesclou com as patifarias já presentes naquela época. Não, na escala brutal e descarada dos dias atuais, adverte, como marca que fere e conspurca a alma da nacionalidade.

Arlindo Porto respondeu a longos interrogatórios e a um processo que morreu no nascedouro, diante da ausência de qualquer delito que pudesse justificar uma condenação criminal pela Auditoria Militar.

O JANTAR DO GENERAL

Simão Abinader, amigo o mais fiel do governador Plínio Coelho, assumiu o cargo de administrador-geral do prédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas – o DER/AM, no segundo governo do líder trabalhista. Tratava-se de edifício moderno e único, que ficava na Carvalho Leal, Cachoeirinha, hoje, próprio da Universidade do Estado do Amazonas e inteiramente desfigurado. Para os padrões da época, a função era bem remunerada. Recordo, mesmo porque fui funcionário daquela autarquia, até ser demitido por obra do golpe militar de 64, que o DER/AM reunia a nata do funcionalismo, ao lado da Secretaria de Fazenda, e tinha em seus quadros as mais belas mulheres do serviço público estadual.

Instalada a ditadura militar, corriam rumores de que Plínio não escaparia da cassação, em decorrência de suas origens partidárias e políticas, o que terminou ocorrendo, embora na ocasião estivesse mais próximo das forças que deram o golpe do que daquelas prestigiadas pelo governo João Goulart. Plínio confrontava com a esquerda no Amazonas e havia cortado qualquer diálogo com o movimento sindical e estudantil no Estado. Os representantes do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, secção local, dos vários sindicatos, da

UEA – União dos Estudantes do Amazonas (universitários) e da Uesa - União dos Estudantes Secundários do Amazonas transformaram-se em figuras perigosas e não gratas ao governador, cuja carreira passara pela antiga Casa do Trabalhador, na condição de um de seus primeiros advogados.

Vários líderes sindicais e estudantis foram presos no segundo governo de Plínio Coelho e dizia-se que alguns chegaram a ser submetidos a pesados constrangimentos. Antogildo Pascoal Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores, vira e mexe, experimentava a prisão e suas consequências. No Colégio Estadual, quando do enterro de Suzana Oliveira, pseudônimo de quem agrediu pela imprensa local o corpo docente e discente daquele educandário, sofremos a mais dura repressão da polícia do governador e fomos inclusive obrigados a deixar o colégio, transferidos para o Solon de Lucena, dirigido pelo saudoso professor Aristóteles Alencar.

Bem, voltemos ao nosso Simão Abinader. Na esteira dos ancestrais árabes, preparava um quibe como ninguém e um tabule que guardo nas reminiscências gustativas de minha Manaus província. Voz de trovão, aparentava alguma aspereza no trato, do alto de seu físico avantajado, com mais de 1,90 m de altura. Mas, no fundo, tinha a alma simples e solidária do bonachão.

Cumprida jornada curta no DER/AM, Simão dirigiu-se ao Palácio Rio Negro. Movia-se com entusiasmo, pois acabara de receber informação de que o general Jurandir Bizarria Mamede, nome expressivo do golpe militar, acabara de aceitar convite de Plínio para um jantar que o governador lhe ofereceria na Varanda Tropical do Hotel Amazonas. Simão era o próprio otimismo. Agora, tinha convicção de que seu líder jamais seria cassado. Dar-se-ia, enfim, a resposta definitiva aos inimigos e antiplinistas, que teimavam em anunciar e torciam pela castração política de seu amigo do peito.

Em palácio, o governador não escondia a certeza que o animava na ocasião. Teria a tão esperada oportunidade de ombrear-se ao projeto de quem combatia a mazorca da esquerda subversiva, que agia às escâncaras e sob o pálio de um governo apático diante das investidas anarcossindicalistas, na linha do mais autêntico discurso da direita e de seus áulicos, que haviam promovido as grandes Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, em São Paulo e mais tarde no Rio de Janeiro.

"A mazooorrrca e a irresponsabilidade, Simão, precisam ser erradicadas de vez do Brasil, e somente os militares poderão levar a cabo projeto de tamanha natureeeza e envergaduuura", dizia Plínio com dicção empolada e termos arrastados, que os amazonenses conheciam bem, nos tantos comícios em campanhas

eleitorais no Estado. "Será esta a mensagem que passarei no jantar com o general Mamede, que não tenho dúvida verá neste governador um aliado do movimento militar na região, seguindo a lógica do que já venho fazendo na minha administração, no enfrentamento com baderneeeiiros e impatriooootas", concluía Plínio, diante da emoção incontida do árabe.

Simão foi encarregado de supervisionar os preparativos do jantar. As recomendações foram expressas: toalhas e guardanapos de linho, porcelanas finas, cristais da Bohemia e flores, muitas flores, nas longas mesas dispostas na Varanda Tropical, o lugar mais elegante de Manaus, onde eram recebidas as autoridades da República. As chamadas classes produtoras, apreensivas com a subversão crescente da ordem e com os rumos do governo Jango, certamente estariam presentes. Nomes de empresários da indústria e do comércio, também poderiam atestar a união de todos em favor da continuidade do governo Plínio Coelho, juntamente com a classe política, que aderiu em sua quase totalidade e sem cerimônia ao movimento militar.

No dia seguinte, às oito da noite, com pontualidade militar, Plínio abriu o jantar com interminável discurso, bem ao seu estilo, sob enorme bandeira brasileira, que emoldurava o recinto. A saudação inicial ao general já valeria pelo pronunciamento, ao se referir ao

patriota "general Bizarrrriiia Mamede". Fez um verdadeiro panegírico à Revolução de Março, como passou a denominar o golpe de 64, que "extirpariiia" de vez a ameaça comunista e subversiva, reescrevendo a "históória do Brasil, que voltaria aos trilhos da democracia e da liberdade, como única vocação na nacionalidade".

Nas mesas, uísque, vinho e os acepipes, tambaquis ao forno, a melhor pescada recheada do mundo, tucunarés ao escabeche, mergulhados nos mais sublimes temperos regionais e algumas terrinas com rosbifes sangrentos, numa homenagem jamais vista no Estado. A elite amazonense compareceu em peso ao ágape, como registraram as colunas sociais da época.

O general, mais do que impassível, ouviu e anotou, enquanto Simão esfregava as mãos, com os olhos brilhando de esperança. Plínio Coelho, finalmente, estava a salvo. Graças a Deus, o pior já havia passado, concluía o árabe, na maior ingenuidade.

PLÍNIO RAMOS COELHO

Veio de família muito humilde, chamava-se Alterício Assis e morava lá pelos lados de Flores, na época, longe, bem longe. Participou em 1954 da campanha que elegeu Plínio Ramos Coelho governador, na condição de simples e anônimo cabo eleitoral. Entregou-se de corpo e alma à luta pela eleição do primeiro líder trabalhista no Amazonas e sentiu-se recompensado com a derrota das oligarquias que empolgavam há décadas o poder no Estado.

Ao tomar contato com o universo da política, deixou-se seduzir pelo discurso de esquerda e foi ao extremo. Tornou-se um radical e quem não rezava em sua cartilha ideológica recebia logo o carimbo de direitista e reacionário.

Acompanhou com entusiasmo a primeira administração de Plínio Coelho, de 1955 a 1959, e nela viu muitas das propostas de esquerda serem implantadas pelo governo trabalhista. Aplaudiu a onda estatizante em vários setores da economia, que resultou na criação do Banco do Estado do Amazonas e das estatais Transportamazon, Celetramazon, Alimentamazon, Cimentamazon e Papelamazon, admitindo que o melhor

caminho fora afinal encontrado. Não tinha convicções ideológicas estratificadas, porquanto não teve oportunidade de acumular maiores conhecimentos, mas ainda assim entendia que fizera a melhor opção, aquela mais próxima de suas origens.

Nas eleições de 1958, apoiou Gilberto Mestrinho, escolhido e eleito governador por Plínio Coelho, em contraposição ao candidato natural do Partido Trabalhista Brasileiro, Edson Stanislau Affonso, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, que faleceria em seguida, vítima de infarto irremediável. Assis ou AA, como passou a ser conhecido nas rodas e encontros políticos, embora guardasse certas restrições ao candidato imposto, mergulhou de cabeça no projeto eleitoral de Mestrinho, em obediência à orientação de seu líder maior, a quem considerava imune a erros. Apesar das reservas que sempre alimentou em relação a Gilberto, nunca poderia imaginar que tão cedo os dois líderes – criador e criatura – entrariam em confronto pessoal de largas e graves proporções, num processo de rompimento político jamais visto na história do Amazonas. É claro que ficou ao lado do ex-governador, sem pestanejar. Para o que desse e viesse, como gostava de dizer, a tal ponto que passou a dedicar grande parte de seu dia ao trabalho não remunerado de distribuição de jornais e panfletos que circulavam no Estado em defesa das posições de Plínio Coelho.

Vencida a refrega e celebrada a paz, com a intermediação de próceres de ambas as facções, Gilberto devolveu a Plínio a indicação que dele recebeu no ano de 1958 e o fez candidato ao governo, promovendo desse modo a reunião de todas as correntes trabalhistas no Estado. E lá estava o nosso AA novamente na campanha e nas ruas, em 1962, pugnando pela eleição de Plínio, agora, mais consciente de sua escolha política e da importância de seu trabalho no processo eleitoral.

Plínio Coelho saiu-se vitorioso e mais uma vez conquistou o Palácio Rio Negro, eleito para o período de 1963 a 1967. Orador estrepitoso e brilhante, era chamado por seus admiradores de Ganso do Capitólio, apelido que recebia com indisfarçável orgulho, em função das raízes históricas e romanas da denominação.

Foi com a memória viva de todos esses acontecimentos, pretéritos e presentes, que AA chegou à praça General Osório, à noitinha, no dia 14 de junho de 1964, onde Plínio Coelho presidiria a abertura solene do VIII Festival Folclórico do Amazonas, já em pleno domínio do golpe militar de 1.º de Abril. A cidade andava tomada por uma sucessão interminável de boatos sobre prisões e cassações de mandatos de parlamentares e do próprio governador do Estado. Já inconformado com a nova postura política e os novos rumos da administração de seu antigo e ex-líder, Alterício Assis

não perderia aquele momento por nada neste mundo. Quanta decepção, Plínio negava seu passado, especulava AA, ao opor-se às forças progressistas e de esquerda no Amazonas. Em momento algum lhe passara pela cabeça que Plínio Coelho poderia transformar-se num 'reaça empedernido'. Mais grave é que agora, sem nenhuma cerimônia e contrariando sua biografia, cortejava os militares, no afã desesperado e na tentativa que se revelaria infrutífera de salvar o próprio mandato de governador.

Um pouco antes da abertura do festival, o governador foi informado de sua cassação. Na tribuna de honra, não passou recibo, não deu uma palavra sobre o ato arbitrário que acabara de lhe castrar a outorga popular, assinado pelo comando da chamada Revolução e pelo presidente-marechal Castelo Branco. Deu início oficial ao festival, falou ao povo amazonense e deixou sua mensagem, embora sem conseguir esconder certo abatimento, que os mais próximos logo identificariam.

Alterício Assis, num dos cantos da praça, próximo do Colégio Dom Bosco, debaixo de um velho e frondoso benjaminzeiro e sob os afagos de uma bela cabocla, sabia com segurança que tudo aquilo havia chegado ao fim. Sem choro, nem vela, pensava, na esteira da canção popular.

A INAPELÁVEL CASSAÇÃO DE PLÍNIO

Alterício Assis, o nosso AA, naquele dia de junho de 1964, acordou tarde, varou a manhã inteirinha. Na véspera, já desiludido com seu antigo líder Plínio Ramos Coelho, saiu do Café do Pina e foi ao Mercadão, onde com frequência celebrávamos as madrugadas. Lá, com amigos e companheiros, 'de bar, de copo e de ideais', como gostava de destacar, pediram a cachacinha de praxe e a consumiram com exuberantes cajus e sal, precedentes da caldeirada de tucunaré, com a qual sublimávamos a noite naqueles tempos da nossa juventude.

A falência da esperança e a total ausência de perspectivas davam o tom de nossos sentimentos, diante do golpe militar, que imaginávamos pudesse durar mais de duas décadas. E não estávamos equivocados, como a história encarregou-se de demonstrar. Muitos já estavam presos no Quartel do Exército em São Jorge e a angústia nos fazia indagar sobre a próxima vítima? O clima era de velório e a escuridão agora caía pesada sobre todos nós e sobre o Brasil, que um dia esperávamos ver livre e desenvolvido.

Como não poderia deixar de ser, alguém trouxe à baila a situação do governador Plínio Coelho, que deveria ser cassado a qualquer momento. "Ele bem que merece e nada o livrará da punição, ainda que venha fazendo tudo para escapar do cutelo. Tornou-se subserviente aos interesses dos militares, ao promover inclusive a reforma de seu secretariado, cumprindo determinação dos golpistas", disse Alterício. "Plínio me decepcionou quando por puro ressentimento começou a implicar com Almino Affonso, ícone maior de nossa geração, que elegemos e reelegemos deputado federal, tribuno brilhante e insuperável. Como se não bastasse, pra mim, a gota d'água deu-se com a invasão da polícia do governador ao quarto do velho Jocelyn Brasil no Líder Hotel", concluiu AA.

O cearense Jocelyn, brigadeiro da reserva da Força Aérea Brasileira e aplaudido escritor de esquerda, estivera meses antes em Manaus a convite da União dos Estudantes do Amazonas – UEA, a fim de proferir conferência em seminário promovido pela entidade dos universitários. Ao ter seu apartamento arrombado por policiais armados, do qual foram roubados livros e outros documentos, denunciou o fato ao ministro da Justiça Abelardo Jurema, que cobrou explicações em telegrama enviado ao governador. Plínio mandou a Brasília a seguinte resposta: "Acusando o telegrama de Vossência a respeito da denúncia partida de um

Jocelyn Brasil qualquer informo que, tudo ignorando, consultei a Polícia que esclareceu só ter tido ciência da presença em Manaus do dito indivíduo por certa agitação comunista na União dos Estudantes e por haver aumentado o número de roubos, inclusive de galinhas, na cidade. Felizmente com a saída do dito indivíduo a população voltou à tranquilidade normal. Atenciosas saudações. a) Plínio Ramos Coelho, Governador do Estado do Amazonas (sic)".

Um escárnio, uma enorme falta de respeito aos estudantes amazonenses, uma agressão intolerável. Não apenas contra o famoso jornalista e escritor, mas sobremodo contra a liberdade de reunião e expressão, lembrou alguém, com referências ao memorável discurso de Almino Affonso pronunciado no mesmo seminário da UEA. Quem não recordaria da bela imagem criada pelo amazonense de Humaitá sobre a liberdade, com a eloquência poética que Deus lhe deu. Usou o modelo do pássaro preso durante longo tempo, que, mesmo depois de solto, teria bastante dificuldade de alçar novo voo, uma vez que havia perdido a capacidade de voar para a qual fora treinado desde o nascimento. Era preciso caminhar, e caminhar muito, dizia o então ministro do Trabalho, pois as vicissitudes que no caminho certamente seriam encontradas faziam parte do longo e muitas vezes penoso processo de adestramento.

Alterício, ainda sonolento, saiu de casa e comprou a edição do dia de *O Jornal*. Aproveitou o horário e foi almoçar no Restaurante Guanabara, altos do Pavilhão Ajuricaba, ao lado da Igreja Matriz. Numa de suas mesas, ao abrir o jornal deu com a informação oficial sobre a cassação de Plínio, feita pelo general Bizarria Mamede, por delegação do presidente Castelo Branco. Logo, dividiu a notícia com Wilson, exemplo de figura humana, proprietário do estabelecimento e antiplinista visceral. Com 'Cerveja Amazonense', azeda como o próprio momento se revelara para o governador, brindaram a queda do líder trabalhista, que agora só teria o caminho negro do ostracismo.

O ato finalmente estava consumado e sem nenhuma surpresa para AA. Nunca acreditou na disposição confessada de Plínio de resistir à bala em defesa do mandato, estampada antes em manchete de primeira página do *O Jornal*, em letras garrafais e no estilo da época. Nada, não deu em nada. Plínio transferiu o governo a Anfremom Monteiro, presidente da Assembleia, e saiu de mansinho do Palácio Rio Negro. Na assistência, quase ninguém, apenas alguns auxiliares próximos do ex-governador e o seu pai, Francisco Coelho, presidente licenciado da Câmara de Vereadores de Manaus. Bem feito: aqui se faz, aqui se paga, pensou Alterício, com um sorriso maroto. Quem diria?

A ELEIÇÃO DE ARTHUR REIS

Naquele final de tarde de junho de 1964, em pleno golpe militar e no auge da crise política em curso no Estado, com a recente deposição do ex-governador Plínio Coelho, o deputado estadual Bernardo Cabral, eleito em 1962 pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, precisava mais do que nunca espairecer. Tinha consciência de suas responsabilidades e dos riscos que sem dúvida correria com a posição já alinhavada e que adotaria no dia seguinte, data marcada pela Assembleia Legislativa para eleição do novo governador do Estado, por indicação e sob a tutela dos militares que agora empolgavam o poder no Brasil.

Saiu de casa com a bela esposa Zuleide e dirigiu-se ao cinema Odeon, o mais moderno e luxuoso de Manaus e do Norte do Brasil, com tela panorâmica e cinema scope, como fazia questão de destacar o médico Alberto Carreira, proprietário da sala. Em cartaz, *Suave é a Noite*, drama imperdível de Henry King, com Jennifer Jones, Jason Robards e Joan Fontaine, mais do que nunca apropriado para o momento. Finda a exibição, subiu um pouco a Eduardo Ribeiro e passou pela Con-

feitaria Avenida, onde eram feitos os melhores doces e confeitos do mundo. Adquiriu alguns e recolheu-se à sua residência, certo de que enfrentaria dias difíceis e tumultuados nas próximas semanas.

Um parêntese: o 'caramujo' e os refrescos feitos com xarope e água sifonada da Confeitaria Avenida me remetem sempre à infância. Lá, vejo-me conduzido pelas mãos ternas de minha querida mãe, a velha professora Olga de Moraes Rego Figueiredo, nos desvãos da memória, com o mesmo fervor das margaridas de Proust.

Bem, com Plínio Coelho cassado, em 13 de junho de 1964, na mesma data em que foi criado o Serviço Nacional de Informações, o famigerado SNI, cuidou-se logo de eleger o sucessor. Os militares de média patente que mantinham luta surda e obstinada pela conquista do poder no Estado, desde os primeiros dias do golpe de abril, dentre eles o capitão Amazonas e o major Félix, haviam perdido a indicação de seus nomes. O marechal-presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, senhor absoluto do movimento militar que depôs Jango Goulart, já havia escolhido o novo governador. Tratava-se de Arthur Cézar Ferreira Reis, amazonense, filho de família ilustre da terra, professor, historiador e intelectual notável, com várias obras escritas sobre a Amazônia, publicadas no Brasil e no

exterior, como registravam os jornais da época, prontamente filiados ao golpe, com o maior entusiasmo e sem nenhum pudor.

Cumpria agora à Assembleia Legislativa sancionar em eleição o nome do ungido. Para tanto, editara Ato Adicional, projeto de algum leguleio de plantão, que lhe dava poderes para eleger o novo governador. Assim, o indicado não precisaria passar pelo crivo de uma eleição direta da população, segundo previsão legal, constante da Constituição do Estado, que simplesmente foi mandada às favas, como ocorreu com todo o ordenamento jurídico do país. Aqui, com muito maior razão, não poderia ser diferente.

Arthur Reis, que se encontrava em missão internacional do governo brasileiro em Genebra, Suíça, estava de volta ao Brasil e a caminho do Amazonas, devidamente intimado e convocado pelo marechal-presidente, tão cearense quanto os ancestrais do amazonense premiado com o poder no Estado.

Na Assembleia, como num passe de mágica, a situação inverteu-se. A maioria esmagadora, com exceção de um ou outro deputado, agora pertencia e agia sob o comando dos golpistas. Plínio Ramos Coelho, fora do poder, que antes governara com mão de ferro e com a quase totalidade dos trinta deputados, ainda

tentou emplacar o nome de seu candidato ao governo, coronel Márcio de Menezes, mas não obteve um único voto. Rei morto ou deposto, rei posto, como observou o choroso deputado Dorval Vieira, plinista de carteirinha, cujo protesto na ocasião provocou grande tumulto na sessão, imediatamente suspensa pelo então presidente da Casa, deputado Francisco Cavalcante.

Com a reabertura dos trabalhos legislativos, Arthur Reis sagrou-se governador em eleição quase unânime dos deputados, com exceção do deputado Bernardo Cabral, que proferiu voto lido da tribuna. Sufragou o nome do ministro Waldemar Pedrosa, ressaltando que seu candidato portava currículo festejado, homem honrado, no exercício dos mais relevantes cargos no Amazonas e na República, inclusive na condição de interventor federal no Estado, senador da República e representante do Brasil na Comissão de Tutela da Organização das Nações Unidas. Uma decisão corajosa e de confronto com o regime militar, noticiada com surpresa e na íntegra pela imprensa local, que no futuro poderia lhe custar caro.

Inaugurava-se assim uma época marcada pela truculência, de caça às bruxas, que logo passaria pela prisão arbitrária e ilegal de Plínio Ramos Coelho.

Andrade Netto, líder da União Democrática Nacional – UDN, um dos partidos do golpe e do novo governo na Assembleia, reclamava a edição de novo Ato Adicional, a fim de adaptar a Constituição do Amazonas ao Ato Institucional da ditadura. Pretendia também conceder poderes excepcionais ao governador, como representante maior da "Revolução" no Estado, com direito de usar e abusar. Mais tarde, o arrogante udenista experimentaria do próprio veneno, tornando-se vítima das manobras que antes engendrara, sem ter a quem apelar.

GILBERTO MESTRINHO

Em Manaus, na época das turmas – Turma da Aparecida, da Visconde, do Boulevard e da Praça 14, dentre outras, Fernando Sansão era o senhor da Turma de Educandos. Muitos só atravessavam o igarapé de catraia ou subiam a Leopoldo Peres com o beneplácito de Sansão, bom de briga como ninguém. Numa luta livre ou de rua, um show de braços e pernas voláteis, socos e pontapés, fizeram-no imbatível, durante muito tempo.

Gilbertista, nutria paixão pelo líder trabalhista e não perdia um único comício do professor e governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, onde quer que se realizasse. Em Educandos, no seu pequeno-grande universo, é que jamais faltaria, nem que chovesse canivete, como gostava de dizer.

Quando a festa política acontecia em seu bairro, atribuía-se funções que cumpria com rigor. Preparava-se desde cedo, inspecionava a área e promovia varredura em cada centímetro quadrado do local do encontro. De forma solitária e de moto próprio, entendia que devia proteger o chefe, como se referia a Mestrinho, contra

qualquer tipo de agressão, previsível, real ou imaginária.

Orientava-se pelos filmes americanos, que assistia no Cinema Guarany, e vistoriava as casas e prédios vizinhos, de onde poderia partir qualquer atentado ou ameaça ao governador e aos demais oradores e participantes da reunião trabalhista.

No dia do comício, à noitinha, Sansão foi o primeiro a chegar ao palanque, ainda vazio, mas já bastante iluminado, com muitas gambiarras de lâmpadas potentes e coloridas. Veio a caráter, inteiramente de branco, como gostava de se vestir em ocasiões solenes, calça de linho, camisa de mangas compridas, sapato, meias e cinto brancos. Incrível é que até o guarda-chuva era todo branco, que trazia sempre diante do tempo instável na Amazônia, confecção artesanal do velho Braga, em sua pequena oficina da Henrique Martins.

Nas festas do PTB em seu bairro também não abria mão de ser o fogueteiro, responsabilidade que assumia sem nenhuma autorização e com recursos não se sabe de onde, pois fazia questão de bancar as despesas com a compra dos foguetes. Tinha-se um espetáculo fantástico, com a explosão intermitente de fogos, que se ouvia em toda a cidade. Emocionava os presentes e enchia de entusiasmo os oradores, cientes de que ali

estava o sinal evidente da vitória do trabalhismo e de seu líder maior.

O comício daquela noite seria especial. Nele, Mestrinho daria resposta dura ao general Muniz de Aragão, comandante do Exército em Manaus, que vinha apoiando sem nenhuma cerimônia a oposição no Estado, afastando-se de suas tarefas funcionais. O militar, como se saberia mais tarde, tinha pretensões políticas e alimentava o sonho de governar o Amazonas, o que o levou ao confronto com o governador.

Na semana anterior, violando a Constituição, havia oferecido segurança armada, com forças federais, ao comício do candidato oposicionista, Paulo Pinto Nery, e ameaçava tumultuar ou impedir a realização dos atos públicos do candidato trabalhista, Plínio Ramos Coelho, o que Gilberto jamais permitiria. Ciente do que se passava, Mestrinho dirigiu-se sozinho ao bairro de Educandos e admoestou o general sobre o absurdo e a ilegalidade flagrante de sua atitude, que sem alternativas recolheu-se ao quartel de sua unidade militar.

Antecipando-se em anos a Carlos Lacerda, que, no fulgor do golpe militar, considerava Muniz de Aragão pouco inteligente, para dizer o mínimo, Mestrinho encerrou o comício afirmando sua incontrastável autoridade, ao anunciar que exigiu a transferência do

militar para outra unidade da Federação, o que terminou ocorrendo, por determinação do presidente João Goulart, após a comprovação dos fatos alegados pelo governador. Muniz de Aragão, vencido e humilhado, jamais perdoaria Mestrinho, ao assumir uma das lideranças do Movimento Militar de 1964.

O momento em Educandos foi de delírio das massas populares, afinal de contas o líder reagiu na extensão de suas obrigações, no exercício do cargo de governador e de representante de todos os amazonenses, contra a ingerência intolerável de um forasteiro, sem nenhuma vinculação com o Amazonas e seu povo. Aragão, estranho à terra, foi posto no seu devido lugar, segundo estamparam as manchetes dos jornais do dia seguinte.

A freada brusca, que ninguém admitia possível nas circunstâncias, pela condição do general e pela importância que se dava até mesmo aos militares de média patente no Amazonas, naqueles tempos de província, serviu para baixar o fogo da oposição, ao mesmo tempo em que recolocava a situação nos trilhos. Mestrinho, cordial por excelência, característica que permitia fosse confundida com certa leniência ou tibieza, agora impunha a força e o prestígio de sua liderança, no Estado e na República, para conter a truculência do mili-

tar, que imaginava pudesse pintar e bordar no processo político-eleitoral em curso.

Na ocasião, Augusto César de Castro Muniz de Aragão quebrou a cara e o bastão, mas, lá adiante, já na condição de um dos chefes da 'Revolução', daria o troco, e que troco. Invadiu o escritório de Gilberto no Centro do Rio, não deixou móvel sobre móvel e o colocou na primeira relação de cassados, constante do Ato Complementar n.º 1, de 10 de abril de 1964, ao lado de João Goulart, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e outros. Almino Monteiro Álvares Affonso, deputado federal e ex-ministro do Trabalho, também integrou o mesmo rol e foi o único amazonense que fez companhia a Mestrinho no édito da Junta Militar.

Conhecida de poucos, a gênese da castração política de Mestrinho repousava assim no comício da oposição em Educandos, no ano de 1962, lembrança que jamais seria esquecida pelo general golpista.

A CASSAÇÃO DE MESTRINHO

Plínio Ramos Coelho elegeu-se governador em 1954, ao derrotar o candidato das oligarquias locais, que havia décadas dominavam o poder no Estado. Aos 34 anos, promove um governo inovador e inaugura no Amazonas o trabalhismo na administração pública, com reformas estruturais e o saneamento das finanças do Estado, fato que lhe permitiria eleger o sucessor.

Contra as expectativas de muitos trabalhistas, que preferiam o nome de Edson Stanislau Affonso, então presidente da Assembleia, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo é escolhido candidato do PTB, em decisão inapelável, imposta pelo governador Plínio Coelho. Mestrinho, que vinha de uma administração exitosa na Prefeitura de Manaus, para a qual também fora indicado por Plínio, elege-se em 1958, com apenas 30 anos.

Faz um governo bem avaliado, com a implantação de projetos desenvolvimentistas, impregnados de otimismo, na mesma linha do presidente Juscelino Kubitschek. De igual modo, com ações governamentais de

largo apelo popular, consolida sua liderança e torna-se referência política na região. Ao concluir o mandato, em 1963, chega a ter seu nome cogitado para disputar o governo do Pará, ao mesmo tempo em que os demais Estados do Norte querem tê-lo como seu representante na Câmara Federal. Não tinha alternativa, a não ser a Câmara dos Deputados, porquanto não preenchia o requisito da idade mínima de 35 anos para concorrer ao Senado.

Assim, no pleito de 1962, elege-se deputado federal por Roraima, ainda no exercício do cargo de governador do Amazonas, o que na época era legalmente possível. Já no desempenho das novas funções é que é cassado pelo Golpe de Abril, na primeira lista de vítimas do arbítrio.

Com a ditadura de 1964 no Brasil, tivemos grandes e irreparáveis perdas, todos nós, o Estado e a Nação. Algumas gerações, precocemente castradas, viram seus sonhos esvaírem-se, enquanto outros, em situações dramáticas e terríveis, perderam a vida nos porões da repressão e da tortura levadas às últimas consequências.

No Amazonas, a história registra o assassinato de Antogildo Pascoal Viana, líder sindical, 'suicidado' pela quartelada num hospital do Rio de Janeiro, e de

Thomaz Meirelles, ainda hoje presente no rol dos desaparecidos da ditadura militar.

O caso de Thomazinho, como o tratávamos seus amigos, é o mais emblemático. Parintinense de boa cepa, inteligência fulgurante do movimento estudantil nos anos 50/60, cedo percebeu os limites de sua atuação no distante Amazonas e deslocou-se para o Rio de Janeiro. Atuou na União Nacional de Estudantes e na União Brasileira de Estudantes Secundários, participou da criação e integrou o Centro Popular de Cultura – CPC da UNE, e em seguida foi para a União Soviética, onde estudou na Universidade Central de Moscou. Com o golpe militar já consolidado, voltou ao Brasil para morrer.

Mas, no plano político regular e institucional, quem suporta grandes perdas é Mestrinho. Ainda moço, em franco processo de consolidação de uma liderança que tendia a se transformar em hegemônica no Norte do país, é atingido pela fúria do golpe e vê uma carreira promissora ser abruptamente interrompida. Costurava alianças com nomes expressivos e tradicionais na política paraense, a partir de Belém, onde estabeleceu interesses empresariais de sucesso. Em Brasília, como deputado federal, aglutinava as bancadas estaduais da região, com base em projetos e iniciativas que contemplavam todos os Estados locais. O discurso

do Norte ganhou então expressão e passou a sensibilizar o poder central, pressionado a atender as grandes demandas regionais. Nesse sentido, o trabalho de Mestrinho tinha o aval do PTB, partido do presidente João Goulart, que via com bons olhos o surgimento de nova força política na Amazônia, em substituição ao conservadorismo de direita, representado pela União Democrática Nacional, pelo Partido Social Democrático e legendas auxiliares e periféricas desses partidos.

Mestrinho tinha a têmpera e a idiossincrasia do oriental, paciente e reservado na formulação de projetos que cultivava de forma solitária, muito antes de compartilhá-los com assessores ou amigos mais próximos. E foi assim que alimentou a possibilidade de assumir a liderança da Amazônia, com a qual se projetaria no concerto da Nação, com vistas a um salto maior no quadro político nacional.

Amazonino Mendes, 23 anos depois, perseguiria o mesmo objetivo, com a criação do Fórum de Governadores da Amazônia e do Instituto Superior de Estudos da Amazônia, também sem êxito, diante da falta de visão e sensibilidade dos demais governadores regionais. Ninguém consegue entender que nenhum Estado do Norte tem peso político na balança de poder no Brasil, agindo isoladamente e em confronto com a representação do Centro-Sul.

Mestrinho perdeu tudo, o mandato, os negócios. Logo após a cassação teve que sair de Brasília para São Paulo usando identidade simulada, em busca de proteção do general Amaury Kruel, comandante do II Exército e seu amigo. No Amazonas, sumiu de cena por longo período, durante o qual a imprensa simplesmente emudeceu a seu respeito. De repente parecia acometido de doença contagiosa e muitos daqueles que antes o cortejavam sumiram, até a anistia e seu retorno em 1982, quando foi eleito novamente governador.

Com Golpe de Abril, a liderança amazônica, talvez uma de suas maiores aspirações, foi por água abaixo, literalmente.

IMAGENS

Da esquerda para direita, Amazonino, Nobre Leão, Walmir Lindoso, Tino, Thomaz Meirelles e o então deputado federal Francisco Pereira da Silva, criador da Zona Franca de Manaus

O autor, Paulo Figueiredo, discursando em Congresso Nacional de Estudantes, Curitiba, Paraná, no ano de 1963

Da esquerda para a direita, Paulo Figueiredo, Edson Oliveira, Raimundo Silva e Nehemias Coimbra, discursando, em Congresso Nacional de Estudantes, Curitiba, Paraná, no ano de 1963

Em Congresso da Ubes, em Curitiba, Paraná, 1963, Edson Oliveira, João Roque, Paulo Figueiredo e Raimundo Silva

Paulo Figueiredo discursando em cima de um caminhão no cais do porto em Belém, no ano de 1963, como representante da União Brasielira de Estudante Secundários – Ubes, em manifestação em defesa pelo monopólio integral do petróleo. A fotografia, na qual estavam vários líderes sindicais e o deputado para-ense Cléo Bernardo de Macambira Braga, foi recortada pela mãe do autor para que não fosse identificada pelos golpistas de abril de 1964.

Da esquerda para direita, Bráulio Arruda, Ernesto Penafort, Thomaz Meirelles, Flávio Caçapa, Nobre Leão, José Carlos, Alfredo Santana, Erimar Grana, Sebastião Oliveira, Tino, Leonardo Parente e Jurandir, em encontro na cidade do Rio de janeiro

Na terceira fila, no alto, Waldir Barros, Paulo Figueiredo, Raimundo Silva, embaixo, na primeira fila, Osires Silva, Edson Oliveira, João Roque, Rui França e Raul Brasil, em Congresso Estudantil em Itacoatiara

Alvaro Gaia Nina, Edgar Ribeiro de Souza e Luiz Roberto Garcia, na Rua Barroso, Manaus, em 1963

Cid Cabral, mestre da tesoura e da vida, prova o vestido que talhou para Auxiliadora Câmara, miss Amazonas

Manuel Barbuda, Almino Affonso (discursando), Arthur Virgilio, Gilberto Mestrinho e Luiz Costa, em comício em Manaus

Gilberto Mestrinho, ao lado de Plínio Coelho, em carro aberto a caminho do Palácio Rio Negro, no dia que Mestrinho tomou posse como governador, em 1959

De cima para baixo, Arthur Virgílio, Almino Affonso, de paletó aberto, Josué Cláudio de Souza e Gilberto Mestrinho

Gilberto Mestrinho, Bernardo Cabral, ao centro, e Assis Peixoto

Anfremom Monteiro, Arlindo Porto, Gilberto Mestrinho e o arcebispo dom João de Souza Lima

Gilberto Mestrinho e Arlindo Porto, em1960, com o jornalista
Milton Cordeiro, com o microfone nas mãos

Gilberto Mestrinho e Plínio Coelho, chegando a Assembleia Legislativa, na rua Barroso, para o ato de posse de Mestrinho

A partir de cima, Arthur Virgílio, Almino Affonso, Josué e Gilberto Mestrinho

Plínio, Arthur e Mestrinho, no dia da posse de Gilberto, em 1959, na Assembleia

Mestrinho chegando ao VI Festival Folclórico do Amazonas, na praça General Osório

Gilberto Mestrinho e Leopoldo Péres

Bernardo Cabral com o então juiz Paulo Jacob, que concedeu ordem de 'habeas corpus' em favor de Plínio Coelho

Castelo Branco, ao centro, com Arthur Reis, à sua esquerda, primeiro governador do Amazonas nomeado pelo golpe militar

Presidente Geisel e o governador biônico e coronel João Walter, com o ministro e coronel José Francisco Moura Cavalcanti

Posse de Gilberto Mestrinho, em seu segundo governo, em 1983, com Paulo Nery, a quem sucedia, Fábio Lucena, Manoel Ribeiro e Luiz Costa

Mestrinho, como governador, recebe o presidente Figueiredo em Manaus

Omar Aziz, Amazonino e Gilberto Mestrinho, em campanha após
a redemocratização do país

Gilberto Mestrinho com o ministro Mário Andreazza e o presidente Figueiredo, em Manaus

Gilberto Mestrinho com o general Leônidas Pires Gonçalves

Amazonino Mendes, já governador do Amazonas,
e Paulo Figueiredo, secretário de Governo, em solenidade na praça Heliodoro Balbi

Paulo Figueiredo, com Alfredo Santana, Cid Cabral, Almino Affonso
e Cid Cabral Filho, da esquerda para a direita

Campanha Presidencial, Paulo Figueiredo com Brizola em Manaus, em 1989

Campanha Presidencial, Paulo Figueiredo com Brizola em Manaus, em 1989

Campanha Presidencial, Paulo Figueiredo com Brizola em Manaus, em 1989

Campanha Presidencial, Paulo Figueiredo discursando, com Brizola em Manaus, em 1989

Promulgação da Constituicao de 1988, com o relator Bernardo Cabral, ao lado de Ulysses Guimarães

Faculdade de Direito, a velha Jaqueira

ALMINO AFFONSO

Anos 50. Manaus, uma cidade gostosa de viver, todos se conheciam, as janelas ficavam abertas e recebiam a brisa da noite, que amenizava o calor histórico. Nas conversas de final de tarde com a família e os vizinhos, trocadas com cadeiras na calçada, passava-se a vida a limpo. Os telefones tinham quatro números e tê-los em casa significava elevada distinção. Poucos automóveis circulavam pelas ruas pavimentadas com pedras portugUesas e a geladeira era a querosene. Um 'cabo', com número que não mais recordo, fornecia energia à residência de alguns privilegiados, diante da constante falta de luz. Tinha-se também o 'aladim' e o 'petromax', candeeiros modernos, que iluminavam as noites sonolentas com camisinhas que queimavam com frequência. Conhecidas suas novas aplicações, nem sequer queimam mais. Os velhos candeeiros e as fumacentas lamparinas resistiam apenas na casa dos pobres e desafortunados. É claro que havia muitas dificuldades, mas, mesmo assim, cultivava-se com carinho a placidez da vida na província.

Havia uma ou outra indústria de beneficiamento de madeira e juta. A Refinaria de Petróleo de Manaus, obra do pioneirismo de Isaac Sabbá, o nosso barão de Mauá do Norte, representou verdadeiro milagre, na

ocasião de sua construção. Uma faixa considerável da população constituía-se de empregados do comércio, bancários de meia dúzia de bancos e funcionários públicos, federais, estaduais e municipais. Em termos proporcionais, lia-se muito mais a imprensa do que atualmente e o povo procurava informar-se sobre o que acontecia em sua cidade e no Brasil.

O reduzido colégio eleitoral no Estado permitia que os eleitos chegassem ao poder com pequeno número de votos. Foi assim que Almino Monteiro Álvares Affonso elegeu-se deputado federal, com 3.790 sufrágios, no ano de 1958, pelo Partido Social Trabalhista – o PST, como única alternativa partidária, uma vez que lhe negaram a legenda do PTB.

Muito antes, em 1949, Almino Affonso, aluno da Faculdade de Direito do Amazonas, nossa velha e conhecida Jaqueira, transferiu-se para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, revelando-se desde logo líder e orador dos mais festejados, a ponto de ser apelidado de 'uirapuru da eloquência'. Tornou-se porta-voz oficial do Centro Acadêmico 11 de Agosto, conquistou concurso nacional de oratória e mais tarde elegeu-se presidente da União Estadual de Estudantes. Como acadêmico na capital dos bandeirantes, participou da memorável luta pelo monopólio integral do petróleo e filiou-se ao melhor do pensamento brasilei-

ro. Já advogado, em 1955, concorreu sem obter êxito a uma das cadeiras da Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, pela legenda do PSB – Partido Socialista Brasileiro.

De volta ao Amazonas, traz na bagagem uma rica vivência política experimentada na metrópole paulista. E é com essas credenciais que conquista o primeiro mandato, como tribuno dos mais brilhantes e talentosos, que encantava as consciências e a grande massa popular.

No parlamento brasileiro, em 1959, integra a Frente Parlamentar Nacionalista, constituída com o objetivo de defender uma política de desenvolvimento da economia nacional, sem nenhuma submissão a interesses estrangeiros. Assume a vice-liderança de seu partido, o PST, e nela permanece até inscrever-se no PTB, sua nova agremiação, na qual se destaca como membro do chamado 'grupo compacto' e mais tarde como líder do partido na Câmara Federal, em 1961. No mesmo ano, em agosto, denuncia a tentativa de golpe embutida na renúncia de Jânio Quadros, que pretendia voltar ao governo com poderes ditatoriais, e tem participação relevante em todas as ações que se seguiram ao ato do presidente, até a posse de João Goulart, que passou a considerá-lo uma das maiores expressões do trabalhismo de Vargas e do Brasil.

Empossado Jango, sob as restrições impostas pelo parlamentarismo de conveniência, que somente seria revogado no plebiscito de janeiro de 1963, Almino retorna às suas bases políticas no Amazonas e disputa novo mandato, elegendo-se deputado federal o mais votado no Estado, com o concurso de minha modesta participação, e impressionantes 13.870 votos, inacreditáveis naquela época, em 1962.

Passadas as eleições e já em Brasília, Almino Affonso depara-se com o bloqueio naval americano imposto a Cuba, condenado de pronto pelo governo brasileiro, na famosa crise dos mísseis soviéticos instalados na ilha. Ao lado de Leonel Brizola, do deputado Sérgio Magalhães, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, da União Nacional dos Estudantes e do Comando Geral dos Trabalhadores, recém criado, apoia a decisão de Goulart, reprova a atitude do governo norte-americano e presta solidariedade ao povo cubano.

Assim, compunha e ilustrava o quadro que levaria à cassação de seu mandato parlamentar, pelo movimento militar de 1964, orquestrado pela direita brasileira, com íntimas vinculações internacionais.

ALMINO AFFONSO, ÍCONE DE UMA GERAÇÃO

Vencido o curto período do parlamentarismo de conveniência e reimplantado o sistema presidencial, com o plebiscito de janeiro de 1963, João Goulart recupera os poderes do regime sob o qual foi eleito vice-presidente da República, ao lado do renunciante Jânio Quadros. Somente assim inicia o governo, nomeia o próprio ministério e nele inclui Almino Monteiro Álvares Affonso, como ministro do Trabalho e da Previdência Social. Ao contrário do que ocorre atualmente, tratava-se de uma pasta das mais prestigiadas, porquanto englobava todos os poderosos institutos de previdência social e aposentadoria das diversas categorias de trabalhadores. Mas, de igual modo, revelava-se das mais difíceis, em função do crescente e organizado movimento sindical.

Em homenagem à biografia que vinha construindo, desde os tempos de acadêmico de Direito do Largo de São Francisco, o humaitaense Almino Affonso recolhe o apoio dos trabalhadores e faz uma gestão com marcadas posições ideológicas, fato que terminaria por indispô-lo com setores expressivos da economia.

Na outra ponta, a imoderação e o radicalismo das lideranças sindicais, para não dizer irresponsabilidade, conduziam a impasses permanentes, que desaguavam em greves incontroladas. Havia também intensa mobilização pelas chamadas reformas de base, agrária, bancária, educacional, tributária, trabalhista, dentre outras, ao mesmo tempo em que se negava apoio ao Plano Trienal de Jango, que buscava pôr um pouco de ordem na economia.

Com ações saneadoras, o ministro mexe no vespeiro dos institutos de aposentadoria e previdência, considerados verdadeiros feudos do peleguismo, ao promover a substituição de diretores dessas autarquias vinculados às máquinas eleitorais do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio de Janeiro e em São Paulo. Sem alternativas, após contrariar interesses sedimentados de caciques partidários, faz uma inflexão maior à esquerda e termina confrontando com o presidente da República.

A gota d'água viria com a greve geral provocada pelo CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, em defesa da implantação imediata das reformas de base, não obstaculizada pelo ministro Almino Affonso, como desejava Jango, que pretendia esvaziar o movimento paredista e a própria central sindical. Portanto, numa sucessão de acontecimentos, naqueles anos difí-

ceis e embolados, termina substituído no Ministério do Trabalho, no bojo de uma pequena reforma ministerial, fato que o leva de volta à Câmara Federal, onde é apanhado pelo Golpe de Abril de 1964.

No parlamento, persiste na defesa das reformas de base, defende o monopólio estatal dos recursos do subsolo, de energia elétrica e telecomunicações. Insiste na luta pela limitação da remessa de lucros para o exterior e sustenta e necessidade de nacionalização dos bancos, das companhias de seguro e da indústria farmacêutica, temas extremamente nevrálgicos a interesses de grandes conglomerados econômicos nacionais e internacionais.

No dia do golpe, 1.º de abril de 1964, Tancredo Neves, Almino Affonso, Arthur Virgílio Filho, Darcy Ribeiro, Valdir Pires, Doutel de Andrade e Temperani Pereira reúnem-se com Jango na Granja do Torto, em Brasília, e analisam a situação. Em seguida, na condição de datilógrafo 'ad hoc', Almino registra no papel a mensagem ditada por Tancredo a ser gravada pelo presidente e lida em cadeia nacional. De repente, pela identidade do texto em composição com a Carta Testamento do presidente Vargas de 1954, Almino retira as mãos do teclado e indaga a Tancredo se acabara de descobrir o autor do documento de despedida do criador

do trabalhismo brasileiro, indagação não confirmada ou negada pelo líder mineiro.

Frustrada qualquer possibilidade de êxito na resistência à quartelada militar, à noite do mesmo dia, João Goulart viaja a Porto Alegre e deixa o país a caminho do exílio, que duraria até sua morte no Uruguai. Com os deputados Rubens Paiva e Bocaiuva Cunha, Almino refugia-se no interior da Bahia, mas lá não passa mais do que uma semana. Com o funcionamento que parecia regular da Câmara dos Deputados, não resiste e regressa a Brasília, onde encontra o núcleo do golpe em plena efervescência. Logo constatou que não escaparia do cutelo ditatorial e procura o exílio na Embaixada da Iugoslávia, aconselhado por Francisco Clementino de San Tiago Dantas.

Na primeira lista de punidos pelo golpe, Almino foi cassado pelo conjunto da obra e amargou a expatriação, primeiro, na Iugoslávia, e depois, no Chile, Uruguai, Peru e Argentina. Do exílio, enviou carta a alguns amigos do Amazonas, na qual nos incitava a resistir e a ter esperanças. Deu-nos uma injeção de ânimo, na certeza de que, mais cedo ou mais tarde, teríamos um reencontro com a democracia e o regime de liberdades no Brasil. Mimeografamos e distribuímos o documento nos colégios de Manaus, fato que nos levou à prisão, dentre outros motivos, decretada pela polícia do co-

ronel Cascais, professor do Colégio Brasileiro e nome que se destacava dentre os afiliados da direita radical no Estado.

De volta ao Brasil, em 1976, reside em São Paulo, e deixa no Amazonas um grande vazio, até hoje não preenchido em sua representação parlamentar.

Almino Affonso é um ícone da minha geração. Nele, sempre admiramos o magnetismo do orador, que embevecia qualquer audiência, com o discurso que fluía de forma mágica e com dicção invejável. A coerência e a consistência ideológica o conformam ainda hoje com aqueles que pretendem ver um dia o Brasil livre e desenvolvido.

A PRISÃO DE PLÍNIO

Ao contrário de Gilberto Mestrinho, que passou a residir no Rio de Janeiro após a cassação de seu mandato, Plínio Coelho continuou vivendo em Manaus. Mestrinho teve o escritório invadido e destruído no Centro do Rio, pelo general Muniz de Aragão, inimigo perigoso, vingativo e desafeto antigo, desde as campanhas eleitorais do PTB no Amazonas, e Plínio terminaria preso por obra e graça do governador Arthur Reis, senhor do Golpe de Abril no Estado.

A prisão do ex-governador trabalhista vinha sendo anunciada e poderia ser percebida nas páginas da imprensa local. Um dos jornais, ao reproduzir reportagem assinada por Mauro Braga, da *Tribuna da Imprensa*, em página inteira, agredia de forma torpe os ex-governadores Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho. Sustentou que "punir Mestrinho e deixar Plínio intocado seria uma das grandes injustiças da Revolução", apontando vários crimes como de responsabilidade dos dois líderes trabalhistas.

Com a matéria, que jamais poderá ser chamada de jornalística, porquanto de encomenda, uma sucessão de insultos do mais baixo nível. Dentre as vítimas

das aleivosias, meu querido amigo Aldo Moraes, filho do notável escritor Raimundo Moraes e ex-secretário de Finanças do interrompido governo de Plínio Coelho. Nela, além de ser chamado de Carlos Prestes do Amazonas, o que certamente o honraria, por sua formação ideológica, é acusado da prática de ilícitos contra o erário, em favor do governador. Um absurdo. Aldo saiu do governo ainda mais pobre do que nele entrou. Ao deixar a prisão no Quartel do Exército em São Jorge, sem alternativa de sobrevivência, tornou-se motorista de praça. Imaginem o tratamento degradante que foi dado na reportagem a Plínio e Gilberto, considerados verdadeiros delinquentes do poder.

Enquanto os jornais no Amazonas não davam mais uma palavra sequer sobre Mestrinho, no tocante a Plínio, que continuava a editar os diários de sua propriedade, *O Trabalhista* e *A Gazeta*, a inclemência não tinha limites. Fotografaram até os sofás e outros móveis do Palácio Rio Negro, deixados destruídos e entregues às traças, de acordo com reportagem estampada em primeira página num dos matutinos locais. Evidente que havia em curso um projeto inteligente, que instigava o governador biônico Arthur Cézar Ferreira Reis, não eleito pelo povo e ungido pela quartelada, a decretar a prisão de Plínio Coelho.

E razões, ainda que de ocasião, não faltavam. Plínio, por meio de seus jornais, continuava combativo, bem como pela ação de um ou outro gato pingado que ouvia a voz de comando do governador cassado. E o pretexto veio a galope, com a criação da Comissão Estadual de Investigação, que vasculhava os porões do governo do político apeado, e com a crise que logo se verificaria entre os poderes do Estado.

A Assembleia acabara de votar o aumento de vencimentos da magistratura estadual, em valores que não seriam suportados pelo tesouro, segundo os plantonistas do golpe, seguindo os mesmos parâmetros de majoração dos subsídios dos deputados. Arthur Reis, que antes recusara a majoração de seus vencimentos, opondo-se de igual modo ao aumento salarial dos deputados, agora vetava também a nova iniciativa parlamentar. Derrubado o veto do Executivo, por ampla maioria, instala-se a crise, que culminaria com a intervenção militar armada no prédio do Poder Legislativo, que funcionava nas instalações do Instituto de Educação, na praça do Congresso, e na sede do Judiciário, o Palácio da Justiça, na avenida Eduardo Ribeiro.

Não faltou quem sugerisse ao mandatário do golpe que por trás da crise estava o ex-governador trabalhista, movido por espírito de revanche contra sua castração política. Daí à identificação de um ato qualquer

configurador de um suposto delito pela Comissão Estadual de Investigação foi um passo, com o qual seria possível justificar o decreto de prisão. No dia 10 de agosto de 1964, os jornais *O Trabalhista* e *A Gazeta*, localizados na rua Saldanha Marinho, sofreram imediata interdição da Polícia Militar, enquanto o delegado do Dops, Walter Rodrigues, conduzia Plínio Coelho preso ao prédio da Chefatura de Polícia, o velho casarão da Marechal Deodoro. Mais tarde seria recolhido à Penitenciária Central do Estado, onde permaneceria incomunicável.

Na mesma noite, Arthur Reis anuncia a prisão de Plínio Coelho, em entrevista coletiva à imprensa, no Palácio Rodoviário, residência oficial do governador, presentes o secretário de Interior e Justiça, Alberto Rocha, e o líder do governo na Assembleia, Andrade Neto. Diz que finalmente "a Revolução chegou ao Amazonas", fato já comunicado por telegrama ao presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Impetrado 'habeas corpus' em favor de Plínio, a medida é concedida pelo Tribunal de Justiça, em ato notável de afirmação e independência do poder. Participaram da decisão os desembargadores Azarias Vasconcelos, Artur Gabriel Gonçalves e o juiz convocado Paulo Jacob, mas a ordem de soltura não é cumprida pelas autoridades policiais. Indagado a respeito, o go-

vernador informa que o preso já tinha sido entregue às forças militares federais e que se encontrava recolhido ao Quartel do Exército em São Jorge, em cumprimento à determinação da Comissão Geral de Investigação, que podia mais do que qualquer das instituições do Estado.

O Tribunal de Justiça faz um relato da crise em telegrama enviado ao Supremo Tribunal Federal e pede providências que garantam a jurisdição e a competência do órgão judicial, mantida a independência e a harmonia entre os poderes e respeitadas suas funções e atribuições constitucionais.

Novo 'habeas corpus' é impetrado, mas sem êxito, por conta das imposições do Ato Institucional.

A PUNIÇÃO FINAL DE PLÍNIO

No dia 1.º de abril de 1964, o governador Plínio Coelho encontrava-se na cidade do Rio de Janeiro. Avaliou mal a situação, quanto azar, ao acreditar que João Goulart venceria a insubordinação militar e sufocaria o movimento sedicioso. Na condição de governador do PTB, o partido do presidente, pronunciou-se em cadeia liderada pela Rádio Nacional, em defesa do regime constitucional e do mandato presidencial. Dirigindo-se à Nação, pediu calma ao povo e declarou-se confiante na ação do presidente, que saberia resistir e reprimir os movimentos subversivos. Em longo discurso, bem ao seu estilo, bateu firme contra a insurgência militar, certo de que Jango derrotaria os golpistas, impondo ordem e respeito, com a reposição do país nos trilhos da razão e da legalidade democrática.

Enquanto isso, no Amazonas, o Comando Geral dos Trabalhadores, secção local do CGT nacional, decretava greve geral no Estado, em conclamação dirigida aos trabalhadores do campo e da cidade, usando velho e batido chavão. No mesmo passo, o Sindicato dos Estivadores, sob a liderança de Antogildo Pascoal

Viana, fechava o porto de Manaus e os trabalhadores da Refinaria de Petróleo cruzavam os braços, acompanhados pelos gráficos e empregados da indústria e comércio de fumo e café. Solidarizavam-se todos com o presidente João Goulart e assumiam a luta pela manutenção da ordem constitucional.

As greves teriam vida curtíssima, após a vitória do golpe e a conversa que as lideranças sindicais e estudantis tiveram com o general Nairo Villanova Madeira, compadre de Jango e comandante do Exército no Estado, logo remetido ao pijama.

Durante o mês da sublevação militar, março de 1964, Plínio Coelho manifestou-se em favor das Reformas de Base, preconizadas pelo presidente da República, a despeito dos confrontos permanentes mantidos com as lideranças sindicais e com a esquerda no Estado, que tinham no caso iguais aspirações. Chegou a organizar, via assessoria sindical pelega do Palácio Rio Negro, a semana de luta pelas reformas e promoveu ato público no 'roadway' reivindicando sua imediata implementação. No dia 20, ao encerrar a programação que teve início no mesmo dia do grande comício do dia 13 na Central do Brasil no Rio de Janeiro, Plínio reuniu a elite política e empresarial do Estado em solidariedade aos projetos reformistas do presidente Goulart, agora na Eduardo Ribeiro, com grande concentração popular.

Na ocasião, jamais seria capaz de imaginar que logo lhe virariam as costas, com o sucesso do golpe militar.

Ao contrário de Mestrinho, absorto no mutismo na cidade do Rio de Janeiro, Plínio, já cassado e com os direitos políticos suspensos, passou a fazer dura oposição ao representante do novo regime no Estado, o governador Arthur Reis. Com os jornais de sua propriedade, *A Gazeta* e *O Trabalhista*, invectivava contra o golpe e seu governador, em artigos assinados pelo jornalista Miranda Braga. Desafiava a autoridade do novo governante, com a discussão e a crítica pesada a todos os atos de governo, desde a demissão de um simples servidor avulso do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, até o decreto que extinguiu os municípios criados por Plínio, dentre os quais incluía-se o município da Ponta Negra.

A Gazeta, de governista, durante a gestão de Plínio, fez uma inflexão de oposição radical, com editoriais, artigos e matérias diárias contra o governador Arthur Reis. Em suas páginas, chamava-o de "mandatário da capitania revolucionária do Amazonas", que nem sequer conhecia Manaus e muito menos o interior do Estado. Num dos libelos contra o governador, dizia que agora no Estado elegera-se a mentira como tônica, ao lado da demagogia, que conduziam ao discurso típico do falso moralismo.

Para manter-se no governo, Plínio empenhou a alma. Compareceu à posse de Castelo Branco e mais tarde esteve com o presidente em Brasília. Reformou o secretariado, cuidando de adaptá-lo à nova realidade do país, com nomes palatáveis e que guardavam alguma proximidade com os militares no poder. Chegou a instituir uma comissão de investigação própria para punir subversivos e comunistas no Estado, presidida por seu secretário de Interior e Justiça, Mirtyl Fernandes Levy, e composta pelo chefe de Polícia, Carlos Genésio Machado Braga, e pelo tenente-coronel Alfredo Barbosa Filho, comandante da Polícia Militar e célebre dirigente do Nacional Futebol Clube, o time do coração e da paixão do líder trabalhista. Agora, além do mais, tinha a oportunidade de entregar com prazer ao cutelo a cabeça de seus conhecidos inimigos ideológicos.

Enfim, moveu céus e terras, mas não houve jeito. Terminou punido e preso. A gota d'água viria com a entrevista do deputado Djalma Passos, concedida ao jornal *O Trabalhista*, com um julgamento severo do governo do historiador Arthur Reis. Plínio foi cassado e preso pelo conjunto da obra, em atenção à sua biografia e notadamente pelo apoio que deu às vésperas ou em cima do golpe ao presidente Goulart, no Amazonas e no Rio de Janeiro. De resto, puro pretexto, nada mais.

HONRADO, MAS ATRABILIÁRIO

Feito presidente da República em eleição pelo Congresso Nacional, Castelo Branco cuidou de jogar um balde de água fria nas pretensões dos militares de média patente que disputavam no Amazonas o governo do Estado. Sabia-os todos ambiciosos e imoderados. Portanto, nenhum deles mereceria seu apoio, muito menos do chamado 'comando revolucionário'. Além do mais, já tinha o homem certo para o lugar certo, segundo o adágio de língua inglesa, na pessoa do historiador Arthur Cézar Ferreira Reis.

Conheceram-se em Belém, quando Arthur Reis dirigiu a SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, hoje Sudam, e Castelo Branco, o comando militar da região. Arthur Reis, em missão do governo brasileiro, delegado do Brasil à Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU, em Genebra, Suíça, logo retornou ao país para assumir o governo do Amazonas. Foi eleito pela Assembleia do Estado, com o único voto discordante do deputado Bernardo Cabral, que preferiu o nome do ministro Waldemar Pedrosa.

Embora honrado e de biografia respeitável, Arthur Reis deixou-se envenenar pelas coisas miúdas de sua velha e rançosa paróquia, onde nasceu, filho do jornalista e teatrólogo Vicente Reis, proprietário do *Jornal do Comércio*, periódico centenário que ainda circula em Manaus. Não deixou na história uma boa imagem, que pudesse ser digna do amazonólogo que sempre foi, portador de uma visão brasileira e patriótica sobre a Amazônia.

Nos primeiros meses de governo travou duro embate com seu antecessor, Plínio Ramos Coelho, até conseguir levá-lo ao cárcere. Uma prisão injusta e ilegal, contra a qual o Tribunal de Justiça concedeu ordem de habeas corpus em favor do ex-goverandor. Com a Polícia Militar, Arthur Reis reagiu, decretou o cerco ao edifício do Palácio de Justiça e recusou-se a cumprir a decisão, alegando que o preso já estava recolhido sob responsabilidade das forças militares federais. O Tribunal, com soldados postados em seus portões de entrada, que pediam identificação a quem entrasse ou saísse do prédio, suspendeu imediatamente a sessão de suas câmaras até que fosse cessada a brutal ilegalidade. Antes, com os mesmos métodos violentos, já havia sitiado e interditado a sede da Assembleia Legislativa, quando da votação do aumento dos subsídios dos deputados.

Arthur Reis transformou-se em verdadeiro Torquemada dos trópicos, a própria imagem do arbítrio e da intolerância. Ao instituir a Comissão Estadual de Investigação – CEI, arremedo da similar nacional, usou o poder para perseguir adversários, reais ou imaginários, nomeados ou apontados por interesses menores de assessores e apaniguados de ocasião. As listas oficiais de punição publicadas com frequência quase diária nos jornais davam a dimensão do espírito persecutório do novo senhor da quartelada no Estado.

Vivia-se sob tensão permanente e a invasão pela Polícia da residência do engenheiro Jaime Bittencourt de Araújo, na rua Barroso, revelou-se emblemática. Bem nascido, rico de berço, verdadeiro gentleman, ex-deputado federal e à época diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/AM, viu-se de repente violentado em sua casa, de onde retiraram um colchão de molas que teria sido comprado com recursos da repartição que dirigia. Um colchão, para um homem de largos recursos, probo e herdeiro da fortuna da empresa J. G. Araújo & Cia. Ltda. Foi um deus nos acuda, uma ignomínia sem tamanho, com a chancela do governador do Estado.

Sem limites, Arthur Reis foi além. Aposentou compulsoriamente o juiz de direito Oswaldo Salignac de Souza, como castigo pelo simples fato de ter ab-

solvido Jaime Araújo, em processo regular, que o governador queria ver condenado a qualquer preço. Foi a gota d'água. O Tribunal de Justiça, privado de suas garantias constitucionais, em 31 de dezembro de 1964, sob a presidência de João Pereira Machado Júnior, resolve suspender suas atividades judicantes até que fossem restauradas suas funções legais. Comunica o fato ao presidente da República e ao ministro da Justiça, solicitando medidas urgentes que garantam o funcionamento da Justiça. E postula junto ao Supremo Tribunal Federal a decretação de intervenção federal no Estado, com o objetivo de garantir o livre exercício da magistratura, longe da ingerência ilegal e ostensiva do governador Arthur Reis. Foi o último ato do desembargador-presidente João Machado, que passou o cargo ao novo representante eleito do poder, desembargador Mário Verçosa.

A coação exercida sobre o Judiciário seria contida e suspensa com a intermediacão do general Bizarria Mamede, emissário de Castelo Branco ao Amazonas. No auge da crise, Arthur Reis ameaçou renunciar ao governo, mas voltou atrás, aconselhado pelo delegado do presidente. O Tribunal de Justiça declara nulo o ato governamental que aposentou o juiz e a situação retorna à normalidade. O governador acata o acórdão da judicatura e promete respeitar as garantias consti-

tucionais do Poder, que volta a funcionar em todas as instâncias.

Arthur Reis não fez um governo representativo no Amazonas, não deixou nenhuma obra de vulto. O lado positivo de sua administração dá-se no setor cultural. Editou mais de cem obras de escritores amazonenses, via Edições Governo do Amazonas, e promoveu exposições de pinturas, feiras, festivais de cinema e espetáculos teatrais. Até o documentário "Amazonas, Amazonas", do estigmatizado esquerdista Glauber Rocha, teve o patrocínio do Estado, sob a regência do notável intelectual Luiz Maximino de Miranda Corrêa. Na área econômica, cria a Comissão de Desenvolviemto Econômico do Estado do Amazonas – Codeama, que promove a Primeira Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, para alguns, gênese da famosa Operação Amazônia.

Mas, ao fim e ao cabo, a marca que realmente ficou de seu governo foi a da truculência e do autoritarismo sem freios.

O ASSASSINATO DE ANTOGILDO

A ditadura no Brasil deixou em seu rastro duas vítimas fatais no Amazonas, Antogildo Pascoal Viana e Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, ambos assassinados pelos esbirros do golpe militar de 1964. Antogildo nasceu de uma família humilde de trabalhadores no município de Itacoatiara. Tão logo possível, transferiu-se para Manaus em busca de melhores condições de vida, como era natural, e integrou-se ao movimento sindical no Estado.

A partir de 1954 elegeu-se e reelegeu-se em sucessivos pleitos presidente do Sindicato dos Estivadores. Como representante de sua categoria, desenvolveu intensa atividade política, sem jamais descurar de questões práticas do dia a dia que elevassem o padrão de vida e de trabalho dos portuários no Amazonas. Construiu a moderna sede do sindicato e tornou-se referência na luta operária em Manaus. Logo participaria da direção do Comando Geral dos Trabalhadores no Amazonas, sucursal no Estado do órgão nacional.

Em dezembro de 1963, ascende à função de tesoureiro da Federação Nacional dos Estivadores, eleito em votação unânime, e passa a morar na cidade do Rio de Janeiro. No dia 8 de abril de 1964, com 42 anos de idade, é brutalmente assassinado. A versão oficial, ditada pelos golpistas e seus agentes, indicou suicídio e não assassinato. Antogildo teria se jogado do 5.º andar do edifício do Hospital do Iapetec – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, na avenida Brasil, em Bonsucesso, na capital carioca, com morte instantânea.

Há um colchão de névoas densas e escuras que ainda perduram sobre fatos e versões que envolvem o sacrifício final do líder sindical amazonense. Numa das hipóteses, teria sido morto no presídio Ferreira Viana e seu corpo trasladado para o terraço interno do Hospital do Iapetec, onde simularam a ocorrência de suicídio. Em outra, de que foi empurrado para a morte do mesmo 5.º andar do Hospital de Bonsucesso, após internação forçada. No entanto, em qualquer variante possível ou imaginária, o certo é que hoje não se tem mais a menor dúvida de que houve assassinato e não suicídio.

Márcio Moreira Alves, na época jornalista do *Correio da Manhã*, em sua obra 'Torturas e Torturados", dá notícia de que o caso foi realmente de assassinato, como tantos outros verificados durante os primeiros

dias e meses do golpe militar, sob o disfarce da autoimolação. Ao lado de Otto Maria Carpeaux, Edmundo Muniz, Hermano Alves e Carlos Heitor Cony, movia intensa campanha em defesa dos presos políticos, com base em denúncias de assassinatos e torturas verificados em muitas prisões brasileiras. Mais tarde é eleito deputado federal pelo extinto Estado da Guanabara e em setembro de 1968 profere discurso radical contra a ditadura, em função do qual é exigida a cassação de seu mandato. Não admitida a castração pela Câmara, em episódio histórico, serve de motivo ou pretexto à edição do Ato Institucional n.º 5 – AI-5, de trágica memória. Marcito, assim chamado pelos mais próximos, relaciona várias situações de 'suicidos' de líderes sindicais em circunstâncias semelhantes durante a ditadura, especialmente em relação às mortes de José de Souza, Carlos Schirner e Pedro Domiense.

No mesmo dia de sua morte, o corpo de Antogildo Pascoal Viana foi enterrado, em seguida a exame ligeiro e superficial feito pelo Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, tão somente no cumprimento de formalidade ou dever de ofício. Em atenção à requisição da 21.ª Delegacia de Polícia, tinha-se como objetivo apenas chegar à conclusão de que a 'causa mortis' fora provocada por uma 'queda', sem nenhum outro detalhe ou observação. Como registra Márcio Moreira Alves, seria "pouco provável que, nas condições de desenfre-

ada violência então reinantes, tivéssemos conseguido submeter o cadáver a um exame completo por parte de uma junta médica imparcial, mesmo que a ideia nos houvesse ocorrido", tudo sob o império da covardia e do medo.

"E a imprensa governista – todos os jornais do Brasil exceto o *Correio da Manhã,* a *Última Hora* e, de quando em vez, o *Jornal do Brasil* e a *Folha de São Paulo* – faziam ouvidos de mercador à evidência que se acumulava. Quando tratava do assunto era para negar a evidência e acusar-nos de cumplicidade com manobras comunistas, destinadas a desmoralizar o governo do 'austero e inatacável' marechal Humberto de Alencar Castelo Branco", como ressalta o mesmo jornalista, um retrato fiel e sem retoques da mídia nacional, em tempos realmente muito estranhos.

Antogildo era meu amigo. Estivemos juntos em vários momentos no Rio de Janeiro, inclusive no célebre comício do dia 13 de março na Central do Brasil. Quando estudante, no período das vacas magras, hospedado nos beliches do 3.º andar do prédio da União Nacional de Estudantes na praia do Flamengo, dele recebia valiosos adjutórios. Um líder autêntico, vigoroso e intimorato, mas sempre muito generoso. Enfrentou no Amazonas duros embates com o governador Plínio Coelho e sua polícia. Ainda com maior destemor, su-

portou a violência da polícia da ditadura e do governador Carlos Lacerda no Rio de Janeiro. Quem o conheceu sabe que jamais cometeria suicídio. Faleceu como o homem que sempre foi, digno e altaneiro, ao longo de toda uma vida dedicada aos portuários e aos trabalhadores brasileiros.

Ao morrer, o líder sindical amazonense já participava da direção nacional do Comando Geral dos Trabalhadores e seu nome constava do rol dos cem maiores inimigos do regime militar, o que pode muito bem explicar sua morte.

Deixou, lá nos idos sombrios de 1964, mulher e filha ainda muito pequena. E a memória de um notável dirigente operário.

A CASSAÇÃO DO VEREADOR

Com o regime militar, os dias tornaram-se realmente sombrios. Hoje seria impossível ou mesmo de difícil compreensão imaginar o que aconteceu naquela época nesta longínqua e perdida província da Amazônia continental. Enquanto no Centro-Sul do país, tinha-se pelo menos a imposição da autoridade usurpadora e golpista via militares de alta patente, generais, almirantes, brigadeiros, entre nós quem dava as ordens eram militares de média patente, quase o guarda da esquina. Claro que assim as expectativas mostravamse ainda mais desanimadoras, com peculiaridades que se conformavam com as reflexões de Pedro Aleixo, quando dizia que o maior problema na ditadura nem sempre estava na pessoa do ditador, mas na figura do simplório guarda da esquina. Na ponta, o agente rude e despreparado, sempre mais realista do que o rei.

Nos primeiros meses do golpe, distantes e um tanto quanto isolados dos centros de decisão nacional, capitães, majores, coronéis e até sargentos-ajudantes pintaram e bordaram, fizeram e aconteceram. A qualquer momento aqui eram ouvidos e cheirados em tudo e por tudo.

De início travaram uma disputa intestina pela conquista do governo do Estado. E aí foi um deus nos acuda, pois travou-se entre eles uma corrida enlouquecida para ver quem prestava maiores serviços à quartelada de abril. Viam fantasmas de subversivos em cada esquina e o número de prisões sem sentido elevava-se a todo instante, numa região que não oferecia o menor risco à estabilidade do regime recém-implantado ao Brasil. Mais tarde, um deles teria êxito, o coronel João Valter de Andrade, que, após exercer nos primeiros meses do golpe o cargo de superintendente do Porto de Manaus, terminaria nomeado governador do Amazonas.

No caso da cassação do mandato do vereador Manuel Rodrigues a situação mostrou-se emblemática. Rodrigues era operário da construção civil, líder sindical e foi eleito em Manaus pelo Partido Comunista Brasileiro, embora abrigado na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, uma vez que o velho Partidão não tinha existência legal no país. Homem simples, ao depor em inquérito instaurado na Delegacia de Ordem e Política Social – Dops, afirmou que "se defender o povo era ser comunista, que ele então se declarava comunista", fato que lhe custaria a liberdade, o mandato e os direitos políticos. Cópia integral do procedimento policial foi imediatamente encaminhada à Câmara de Vereadores pelo chefe de Polícia, que requereu fossem adotadas providências urgentes e indicadas para o caso.

Em seguida, com evidente manobra intimidativa, o coronel César Rômulo Silveira Júnior, comandante da Guarnição Federal de Manaus e da 29.ª Circunscrição de Recrutamento do Exército, enviou ofício à Câmara Municipal, interpelando-a sobre as ações que teriam sido tomadas em relação ao vereador assumidamente comunista. Os vereadores, mesmo sob intensa pressão militar, ainda tentaram uma saída regimental e informaram ao militar que a questão estava sendo submetida à Comissão de Constituição e Justiça da casa parlamentar, para elaboração de parecer a respeito.

Mas não houve como conter o temperamento radical e a volúpia persecutória do militar, que então convocou a direção da Câmara para reunião em seu gabinete, a fim de obter uma decisão rápida que pusesse fim ao mandato do vereador Manuel Rodrigues, já preso no Quartel do Exército em São Jorge, desde 15 de abril de 1964. Os vereadores ainda ponderaram que a Câmara não tinha competência para cassar mandatos legislativos de seus membros, porquanto não poderia passar por cima das atribuições do chamado Comando Supremo Revolucionário, único com poderes para praticar ato dessa natureza ou de tamanha gravidade, com fundamento no ato que procurou institucionalizar a 'Revolução' de Abril.

Tudo em vão. Dobrados pelo tacão militar, os vereadores foram obrigados a ceder diante dos argumentos oblíquos do coronel César Rômulo, elaborados sob encomenda a qualquer leguleio de plantão. No caso, ocorria exatamente o contrário, segundo o militar, uma vez que o Comando Supremo Revolucionário é que jamais passaria por cima de qualquer deliberação do parlamento municipal. Portanto, competiria à Câmara, e somente a ela, a decisão sobre a cassação do mandato do 'perigoso subversivo' Manuel Rodrigues. Era mais do que o sinal verde para a cassação, diante da iminência do sinal vermelho que poderia cair sobre todos da instituição, indistintamente. Para bom entendedor, meia palavra já bastaria, observou um dos parlamentares presentes ao encontro. Enfim, que fossem os anéis, contanto que salvos os dedos, complementou.

A coação foi de tal ordem insuportável que a castração parlamentar consumou-se, mesmo em conflito com as normas regimentais e com parecer prévio da Comissão de Constituição e Justiça. No Amazonas, cassados por suas respectivas casas, apenas o vereador Manuel Rodrigues e o deputado estadual Arlindo Porto.

Manuel Rodrigues exerceu o mandato enquanto durou com seriedade e coerência. Em linhas gerais,

modesto por formação e sujeito às suas naturais limitações pessoais, seguia os rumos ou ditames traçados por sua organização partidária, a linha ideológica do Partidão. No dia 10 de junho, como se não bastasse a punição ilegal e injusta da Câmara, teve suspensos os direitos políticos, em companhia de Aldo Moraes, secretário de Finanças do segundo governo de Plínio Coelho, do deputado Arlindo Porto e do vice-governador do Estado da Guanabara, João Batista, em ato assinado pelo presidente Castelo Branco, com base no famigerado Ato Institucional.

Somente Manuel Rodrigues e o barbeiro Belarmino Marreiro, todas as vezes quando presos, assumiam a filiação comunista de carteirinha, claro que com uma grande dose de singeleza, sem nenhuma malícia, mas sem dúvida também com muito destemor.

O MARTÍRIO DE THOMAZINHO

Parintins é uma cidade única. Próxima da divisa com o Pará, comunica-se num idioma muito amazônico e não reconhece limites regionais, ainda que fazendo questão de manter certa dicção singular ou típica. Sua gente afirma-se pela inteligência e pela criatividade. Serviu de berço a Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto e a Chico da Silva, ontem e hoje, expressões notáveis de seu povo, cada um na dimensão extraordinária de sua vida e de seu destino.

Chico da Silva sempre interpretou e cantou as belas raízes de sua origem parintinense e brasileira. E Thomaz Meirelles Netto, desde a juventude, largou-se pelo mundo e deixou-se embalar pelos sonhos libertários que animam há séculos a história da humanidade. Em 1950, Meirelles muda-se de Parintins para Manaus, estuda no Colégio Estadual do Amazonas, exerce o jornalismo na imprensa local e integra-se a uma geração de talento. Thomazinho, como era chamado pelos amigos, na companhia de Amazonino Mendes, Nobre Leão, Ernesto Penafort, Waldir Machado, Flávio Caçapa, Antônio Constantino – Tino, Parazinho e outros, é

excluído do Colégio Estadual e transfere-se em 1958 para o Rio de Janeiro, no bojo de uma greve estudantil decretada contra atos da direção da escola.

Membro do Partido Comunista Brasileiro – o velho Partidão, desde o Amazonas, no Rio de Janeiro continua na militância comunista, alarga os horizontes e solidifica os conhecimentos do marxismo-leninismo. Torna-se um teórico invejável e um conhecedor profundo da realidade brasileira. Participa ativamente da luta política dos estudantes e assume a secretaria geral da União Brasileira de Estudantes Secundários – Ubes. Incorpora-se ao Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes – o festejado CPC da UNE, nos anos 60, e revela-se uma referência do movimento. Com reconhecido embasamento doutrinário, ajudou a promover a revolução nas artes cênicas e na música daquela época, ao lado de Oduvaldo Vianna Filho – o Vianinha, o cineasta Leon Hirszman e o sociólogo Carlos Estevam Martins. Tinha-se uma proposta política e o objetivo de levar ao povo uma cultura eminentemente nacional, popular e democrática, como veículo de conscientização das grandes massas de trabalhadores. Surgem então as peças de teatro *Eles Não Usam Black-Tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, *A Vez da Recusa*, de Carlos Estevam Martins, *Brasil, Versão Brasileira* e *Filho da Besta Torta do Pajeú*, dentre outras, ao lado do filme *Cinco Vezes Favela*, de Leon Hirszman, e das publicações *Cader-*

nos do Povo e *Violão de Rua*. Os trabalhos eram assinados de forma coletiva pela equipe do CPC e lá estava o nosso Thomazinho, num projeto que reunia estudantes, artistas e intelectuais de classe média no Brasil, na luta pela construção de uma sociedade mais justa no país.

Em 1962 é agraciado com a oportunidade de estudar na Universidade Central de Moscou e na capital da antiga e extinta União Soviética forma-se na Faculdade de Filosofia e aprimora-se ainda mais como quadro político. Poderia ter-se recolhido à tranquilidade de uma assessoria junto ao secretariado do Partido Comunista Francês, posta à sua disposição, após a conclusão do curso universitário, mas prefere voltar ao Brasil.

Ao retornar em 1969 ao Rio de Janeiro, no período mais duro do Golpe Militar de 1.º de abril, é obrigado a cair na clandestinidade. Afasta-se do Partidão e ingressa na ALN – Aliança Libertadora Nacional, grupo revolucionário e guerrilheiro de esquerda comandado por Carlos Marighella, formado em grande parte por estudantes e membros dissidentes do Partido Comunista Brasileiro.

A propósito, Mário Magalhães, em obra recente de sua autoria, *Marighella, o Guerrilheiro que Incendiou o Mundo* (Companhia das Letras – 1.ª ed. – pág. 501), registra o seguinte: "A guerrilha seduzia até na União

Soviética. Dois brasileiros que lá estudavam decidiram aderir à ALN. Perly Cipriano, do curso de direito internacional, solicitou aos cubanos para conversar com Marighella e se adestrar na ilha caribenha. Como os soviéticos encrencaram, ele retornou ao Brasil em meados de 1969. Em novembro, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto tomou o mesmo caminho. O professor de filosofia marcou o reencontro da família comunista amazonense com as armas: em 1935, seu tio Thomaz Meirelles morrera como tenente rebelde no levante da praia Vermelha", insurreição que ficaria conhecida como Intentona Comunista, segundo o vocabulário da direita.

Em 1972 Thomaz Meirelles é preso, torturado e condenado, mas consegue sair do cárcere, sob o compromisso firmado em seu nome de que deixaria o Brasil para sempre. Como se dizia antigamente, ledo engano, pois Thomazinho reintegra-se de imediato à luta armada, debaixo da mesma bandeira da ALN, até ser novamente preso, em maio de 1974, numa das ruas do bairro do Leblon, Rio de Janeiro, para nunca mais ser visto.

Thomazinho era acima de tudo um homem elegante e cordial, embora inabalável em suas convicções filosóficas e ideológicas. De berço modesto, mas bem constituído, saiu aos seus. Trazia na personalidade a

mesma doçura encontrada no sorriso permanente de sua mãe, a suave dona Maria Garcia Meirelles, a quem visitei quando em viagem a Parintins. Inteligência fulgurante e intelectual de vasta cultura literária e humanista, em permanente sintonia com a contemporaneidade, tinha paixão pelo gênero humano. Solidário e amigo, desde os tempos da Mocidade Renovadora Ginasiana do Colégio Estadual do Amazonas, jamais passava ao largo da dor e do sofrimento de seu povo, na defesa de princípios que um dia o libertariam da fome e da miséria, como solução definitiva para os grandes problemas nacionais.

Assassinado na fase mais negra do regime militar, aos 31 anos de idade, compõe a lista de desaparecidos políticos. Há informações discrepantes sobre o sacrifício final a que o submeteram os torturadores da ditadura. Teria sido jogado ao mar, de um helicóptero da Marinha ou do Exército, em seguida à sua prisão no navio *Raul Soares*, que serviu de presídio fundeado na Baía de Guanabara? Ou foi cremado na Usina Cambahyba, em Campos, norte do Estado do Rio de Janeiro, depois de morto e após longa sessão de tortura? Ninguém até hoje tem a resposta e não sei se um dia ainda teremos, pelo menos com um mínimo de segurança.

Sua mãe morreu já bem velhinha sem ter tido o direito de velar o corpo ou sem saber o que fizeram

com os restos mortais do filho tão amado. Foi, em todo o processo de imolação de Thomazinho, o cúmulo da crueldade.

A CASSAÇÃO DO SENADOR

Senador da República pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, Arthur Virgílio Filho veio a Manaus para participar da campanha de Bernardo Cabral, candidato a deputado federal, nas eleições de novembro de 1966.

Programado comício em Itacoatiara, Cabral e Fábio Lucena foram de avião àquela cidade, enquanto fomos pela estrada, na ocasião bastante precária. Acompanhei o senador na viagem, num Aero Willys Itamaraty, automóvel de propriedade de seu irmão, Helson do Carmo Ribeiro. Era dirigido por um antigo servidor dos Correios, caboclo forte e espadaúdo, cujo nome agora me foge, fiel cabo eleitoral e escudeiro de Arthur Virgílio Filho, como fazia questão de se apresentar.

O percurso era longo e difícil. Saímos por volta das onze horas da manhã e chegamos à noitinha em Itacoatiara. No caminho, tivemos um pequeno acidente, que retardou ainda mais a viagem. Importa é que realizamos um grande encontro político, com significativa presença popular, onde falamos todos em defesa

da candidatura de Bernardo Cabral, que no final conquistou o mandato numa eleição consagradora para a Câmara Federal. Cabral na época preencheu no coração da esquerda no Amazonas o grande vazio deixado com a cassação de Almino Affonso, com competência e talento, ganhando imediata projeção nacional, até ser cassado pelo golpe militar.

Arthur Virgílio Filho entregou-se à ação política desde jovem. Foi deputado estadual constituinte eleito pela legenda do Partido Social Democrático – PSD, reelegendo-se para o mesmo cargo, em 1951, pelo seu partido de origem, e em 1954, já por sua nova legenda, o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1958, no mesmo pleito que elegeu Gilberto Mestrinho pela primeira vez governador do Estado, obtém o mandato de deputado federal e exerce na Câmara a vice-liderança do PTB e do bloco parlamentar de oposição. De igual modo integra a Frente Parlamentar Nacionalista e o chamado Bloco Compacto, o que havia de mais avançado no parlamento brasileiro. Defende a economia nacional, contra a espoliação do capital estrangeiro e empenha-se em conter a remessa de lucros de empresas multinacionais para o exterior. Em 1961, já no governo de Jânio Quadros, apoia a política externa independente e de respeito à autodeterminação dos povos, filiando-se ao melhor do pensamento brasileiro e de suas correntes progressistas.

Com a renúncia inesperada de Jânio, opõe-se ao veto dos militares à posse do vice-presidente João Goulart e vota contra a emenda que instaurou de encomenda o regime parlamentarista no Brasil. Combate assim a fórmula encontrada pelo conservadorismo para castrar os poderes de Jango como novo presidente da República. Arthur sempre deixou clara sua posição contra a solução parlamentarista negociada e participa do movimento que postula o retorno do presidencialismo, com a realização do plebiscito, em dezembro de 1963. Sustenta no Congresso a necessidade de reatamento das relações diplomáticas com a hoje extinta União Soviética e advoga o intervencionismo estatal na economia, como complementar da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que luta pelo monopólio integral do petróleo e das telecomunicações. Empunha a bandeira das reformas de base que reputava essenciais à modernização e ao desenvolvimento do país. No plano regional, foi o autor do projeto de lei que criou a Universidade Federal do Amazonas, que o homenageou dando seu nome ao campus universitário da instituição em Manaus.

Depois de promover o reencontro entre o governador Gilberto Mestrinho e o ex-governador Plínio Ramos Coelho, como artífice de uma missão que a todos parecia irrealizável, tamanho o grau de ódio a que chegaram as desavenças entre os dois líderes trabalhistas,

elege-se senador em 1962 e toma posse no Senado em fevereiro de 1963. Na Câmara Alta, torna-se líder do PTB, função disputadíssima, e é em seguida conduzido à vice-liderança e à liderança da maioria e do governo na mesma casa legislativa.

No exercício dessas outorgas parlamentares é apanhado pelo golpe de 1.º de abril de 1964. Participa no dia da insurreição militar de uma reunião dramática na Granja do Torto com o presidente João Goulart e os deputados Almino Affonso e Tancredo Neves, dentre outros, a fim de avaliar a situação, com o movimento militar às portas da vitória, que já sitiava o mandatário maior da Nação. Duas semanas após o golpe, renuncia a liderança de seu partido no Senado, diante da adesão incerimoniosa de muitos de seus pares à sedição antidemocrática, em discurso memorável, no qual se declarava de forma corajosa um líder sem liderados. Com a extinção forçada dos partidos pela ditadura, ingressa no Movimento Democrático Brasileiro – o MDB, no qual permanece até ser cassado em 1969, com base no Ato Institucional n.º 5.

No tempo dos oradores, Arthur Virgílio Filho, com dicção grave e pausada, revelou-se tribuno brilhante, erudito e reverenciado por seus pares, num Congresso Nacional que agasalhava expressões da dimensão de Carlos Lacerda, Almino Affonso e Vieira de

Melo. No Amazonas, dava gosto ouvi-lo nos comícios populares dos anos 50/60, sempre com reflexões inteligentes e bem articuladas. Conquistou audiência cativa, em campanhas inesquecíveis e que marcaram um rico período de nossa história política, hoje tão carente de valores reconhecidos pela cultura e pela ética no poder.

Residindo no Rio de Janeiro, reencontrei Arthur Virgílio Filho já na presidência do INSS – Instituto Nacional do Seguridade Social, quando com ele estive em companhia de seu velho amigo Júlio Roberto Leal Mendes, que com o próprio dividiu momentos de agruras após a perda de seu mandato de senador. Foi cassado pelo conjunto da obra e em razão da biografia que construiu ao longo de toda uma vida, vista com rancor imperdoável pelos militares golpistas e pela direita empedernida. Abraçou em sua época o espírito da nacionalidade. Íntegro, não fez fortuna na vida pública. Morreu pobre.

O 'SENADOR MENINO'

A história é contada pelo juiz aposentado Erimar Grana. Estavam no Rio de Janeiro, ele e Fábio Lucena, sem passagem de retorno a Manaus. De repente, a luz no fim do túnel, ao encontrarem o senador Arthur Virgílio Filho. Partiram para o ataque, disseram que vieram ao Rio como delegados do Amazonas em encontro da União Nacional de Estudantes e que chegaram apenas com passagem de vinda. Não tinham como voltar a Manaus, a não ser que o senador lhes conseguisse os bilhetes aéreos de regresso.

Arthur Virgílio Filho informou que não poderia atendê-los, pois já havia estourado sua quota de passagens. Insistiram então com o senador numa contribuição financeira para aquisição dos bilhetes. Foi quando o parlamentar lembrou que dispunha de tíquetes já emitidos em seu nome e que poderia dispor de uma passagem, contanto que um deles conseguisse embarcar em tais circunstâncias.

Fábio Lucena, o mais atirado, topou na hora. Agradeceram e saíram em busca do outro bilhete para Erimar Grana. Resolveram o problema com o deputa-

do Justino Melo, o nosso "caboclo mamador" de tantos chistes e causos curiosos.

No Galeão, dirigiram-se ao balcão da Panair do Brasil (saudades da velha Panair, diante da ganância cifrônica das atuais companhias aéreas) para o check-in e despacho das bagagens. Fábio Lucena, aí por volta de seus vinte e três anos, apresentou o bilhete com o nome do senador Arthur Virgílio Filho já impresso, como era usual naquele tempo, para surpresa da atendente que não se cansava de olhar a passagem e o jovem passageiro que a portava.

Sem se conter, indagou: "Mas o senhor, tão moço, já é senador da República?". E a resposta de Fábio veio de bate-pronto, com a entonação desafiadora que desde cedo denunciava o tribuno insolente que seria no futuro: "Olhe, é muito estranho, realmente estranho, que a senhorita nunca tenha ouvido falar e não reconheça o senador menino do Amazonas?"

Deixaram boquiaberta a funcionária da Panair e seguiram viagem, Erimar Grana e o senador menino do Amazonas, mais tarde bissenador, em eleições sucessivas dentro do mandato ainda em curso, fato jamais visto na história política do Amazonas.

Fábio Pereira de Lucena Bittencourt foi um dos maiores talentos da minha geração. Bancário do Banco do Brasil e aguerrido como ninguém, firmou-se no primeiro momento como líder sindical, dirigente do sindicato de sua categoria e integrante do Comando Geral dos Trabalhadores no Amazonas – CGT do Amazonas. Nos primeiros meses do golpe de 1.º de abril, foi preso pela polícia do governador Plínio Coelho, ao lado de Aviz Valente, Raimundo Jacinto da Silva, Mauro Bezerra, Manuel Rodrigues e Francisco Washington Rodrigues. Recolhidos ao xadrez da Chefatura de Polícia, no casarão da rua Marechal Deodoro, tiveram a prisão preventiva requerida pelo delegado Sileno Kleber, titular da Delegacia da Segurança Política e Social. Antes haviam respondido a inquérito instaurado "contra os dirigentes do famigerado CGT", acusados de participação em movimento subversivo de alcance nacional, segundo a autoridade policial. Eram tidos "como comunistas perigosos que agora deveriam enfrentar o rigor da Justiça", conforme manchete espalhafatosa do jornal *A Gazeta* de propriedade do governador, que tudo fazia para manter-se no cargo.

Em seguida, Fábio Lucena é preso pelo Exército no Quartel de São Jorge, juntamente com Amazonino Mendes, Arlindo Porto, padre Ruas, Aldo Moraes, Cid Cabral, Campos Dantas, Licurgo Cavalcanti, Belarmino Marreiro, Fernando Vitalino e outras vítimas da di-

tadura. Ao sair da prisão é punido pelo Banco do Brasil que o transfere de Manaus para uma de suas agências no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, uma das regiões mais atrasadas e miseráveis do país. Após alguns meses de desterro forçado consegue retornar ao Amazonas e passa a trabalhar na agência de Itacoatiara, até conseguir retornar a Manaus, com sua situação um pouco mais amenizada.

Em Manaus torna-se expoente do jornalismo político e de opinião, trabalha nos jornais *A Notícia* e *A Crítica*, revelando-se referência das mais expressivas da oposição aos governos militares no Estado. Em atenção à sua vocação natural ingressa no Movimento Democrático Brasileiro - MDB, pelo qual se elege vereador na capital, nas eleições de 1972 e 1976.

Num de seus entreveros com o situacionismo militar, representado na ocasião pelo prefeito de Manaus Franklin Lima e pelo governador-coronel João Valter de Andrade, responde a um processo de encomenda pela Lei de Segurança Nacional, com o qual é impedido de candidatar-se a deputado federal, em pleito com eleição garantida. Lança Mário Frota, que conquista o mandato em seu lugar, tamanho seu poder de fogo junto ao eleitorado manauara. Absolvido pela Justiça Militar de Belém do Pará em 1975, retoma suas atividades na Câmara de Vereadores. Em 1978, candidata-se pela

primeira vez ao Senado, contra a máquina do poder e da ditadura, e perde para o vice-governador João Bosco Ramos de Lima, em eleição disputada voto a voto.

Em 1982, participando da aliança política que elegeu Gilberto Mestrinho governador, salta finalmente para o Senado, onde permaneceria até morrer de forma trágica no ano de 1987, com apenas 47 anos. Premiou dois de seus suplentes, fato de igual modo inédito, com a ascensão à Câmara Alta de Leopoldo Péres Sobrinho e Áureo Melo.

Fábio Lucena foi orador vigoroso e mordaz. Com tiradas espirituosas, brilhantes e sempre de improviso, fazia empalidecer adversários e inimigos. Sua pena ferina e imperdoável o fez temido e respeitado, em embates que marcaram o jornalismo e a política no Amazonas.

Houve uma época em que fomos muito próximos, em Itacoatiara e em Manaus, na companhia de João Bosco Pantoja Evangelista e de um bom escocês. Em seu último ano de vida, ele no Senado e eu como secretário de Governo, trocávamos impressões frequentes sobre o que acontecia no Estado e no Brasil. O Amazonas, agora mais do que nunca, sente a falta de um político com o signo de sua bravura e de sua independência ideológica.

A RENÚNCIA DO PREFEITO

Josué Cláudio de Souza, nascido em Itajaí, Santa Catarina, chegou a Manaus nos idos de 1942 para dirigir a rádio Baré, antiga Voz da Bariceia, emissora dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. E foi ficando. Casou-se com a amazonense Maria da Fé Xerez e logo assimilou a alma cabocla. Tornou-se um homem da região e um manauara por excelência. Aqui trabalhou como jornalista, radialista e político. Amou, viveu com paixão na terra que adotou e deixou prole ainda muito presente na vida pública, com nomes que guardam a tradição que inaugurou no Estado.

Com timbre de voz grave, dicção harmoniosa e bem construída, inaugurou no rádio um programa de comunicação com sua gente que galvanizou a audiência durante anos e anos. Era o carro-chefe da emissora que criou, a rádio Difusora, que ainda hoje, passados 65 anos, tem a preferência dos ouvintes em Manaus e em todo o Amazonas, com índices consagradores e irrefutáveis. Cuidou da chamada 'Crônica do Dia', levada ao ar precisamente ao meio-dia de segunda a sábado, com temas de interesse da população amazonense. Tinha

um prefixo musical que a identificava de pronto, lembro bem, transmitido a cada abertura do programa, tornando-se a vinheta mais conhecida na radiofonia local. No mesmo espaço também homenageava os amigos, como no texto comovente sobre a morte de meu velho pai, Adamastor Onety de Figueiredo, ocorrida no Rio de Janeiro em maio de 1959.

Bem, com todo esse acervo pessoal e popular, na época em que as ondas do rádio empolgavam de forma avassaladora a sociedade, como se observa hoje com a televisão, seria inevitável que Josué descobrisse o caminho da política. E assim elegeu-se deputado estadual e federal, em vários mandatos, até chegar à Prefeitura de Manaus, onde o golpe militar de 1.º de abril de 1964 o encontrou, como prócer trabalhista, afinado com as lideranças já consolidadas de Plínio Ramos Coelho e Gilberto Mestrinho.

No comando da capital, com uma gestão operosa, respeitadas as limitações da época, vinha merecendo os aplausos da população, quando foi obrigado a enfrentar a sanha dos militares golpistas de média patente no Amazonas, que tinham as rédeas do movimento dito 'revolucionário' no Estado. Já haviam instituído a Comissão Estadual de Investigação – CEI, uma excrescência jurídica similar da comissão nacional, presidida pelo major do Exército José Félix da Silva, conhecido apenas

como major Félix, inquiridor implacável que infundia o medo naqueles tempos sombrios, tendo ainda como membros o professor David Alves de Mello e o advogado Peri Pinto Nery.

Instaurado inquérito no âmbito da Prefeitura de Manaus e concluídos os trabalhos da Comissão, o major propôs ao governador Arthur Reis a demissão sumária de Josué Cláudio de Souza do cargo de juiz do Tribunal de Contas do Estado, no que foi imediatamente atendido. Em seguida bateu às portas da Câmara Municipal para exigir fosse decretado o impeachment do prefeito. Antes, um Inquérito Policial Militar – IPM, aberto no Comando da Guarnição Federal de Manaus, presidido pelo capitão Anachreonte Coury Gomes, com igual propósito de apurar atividades subversivas e crimes contra a administração na prefeitura, chegou às mesmas conclusões. Nenhum dos dois instrumentos persecutórios ofereceram condições mínimas de defesa ao acusado, que tentou reverter o ato de sua exoneração do órgão de contas, em petição dirigida ao governador do Estado, sem obter sucesso. Informava agora o chefe do Executivo municipal que só lhe restaria recorrer ao presidente da República, marechal Castelo Branco, frustradas inteiramente as expectativas em relação às instâncias locais, que insistiam em se mostrar indiferentes à violação do ordenamento legal vigente.

Acachapada pelos golpistas, a Câmara Municipal, que antes já instalara Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias contra a administração de Josué, afinal prejudicada com a instalação do IPM, agora criava uma Comissão Interpartidária para processar o prefeito e levá-lo ao impedimento definitivo. O vereador João Bosco Ramos de Lima, líder do governo municipal e locutor egresso dos quadros da rádio Difusora, que mais tarde seria vice-governador e senador da República, fez a defesa indireta do prefeito, ao adotar expediente protelatório – o único possível nas circunstâncias, que poderia no mínimo retardar o exame do caso pela Câmara. Escolhido relator da matéria, opinou em parecer pela devolução do processo à Comissão Estadual de Investigação, que não teria poderes para investigar o prefeito, segundo entendimento expresso na ocasião. Aprovado o parecer, em votação apertada e em sessão tumultuada que varou a madrugada, ainda assim, a manobra parlamentar não teria êxito, diante das pressões que dia a dia tornavam-se mais insuportáveis, com os militares insistindo em punir o prefeito.

Sem vislumbrar outra saída, não restou a Josué Cláudio de Souza senão a opção da renúncia. Consumou-se o ato no dia 14 de outubro de 1964, aceito na mesma data pela Câmara Municipal, que empossou como prefeito temporário o vereador João Zany dos

Reis. Assim poupou amigos e correligionários, obrigados a defender o seu mandato, dentre eles, o líder de sua administração no parlamento municipal, que poderia ser a próxima vítima da ditadura militar. Com a cassação indireta – via renúncia compulsória, Josué permitiria que mais tarde João Bosco Ramos de Lima chegasse à vice-governança do Estado, eleito pela "Revolução", que antes perseguira e castigara seu antigo chefe político.

Josué era um homem educado e afável. Atendia-nos sempre com cordialidade, tolerante com a luta que empreendíamos no movimento estudantil naqueles tempos tão tumultuados.

LEOPOLDO, O MAGO?

Leopoldo Péres Sobrinho herdou o nome do tio, político e advogado dos mais prestigiados de seu tempo. Na esteira do ascendente famoso, revelou-se desde cedo estrategista inteligente e político habilíssimo.

O golpe militar de 1964 o encontrou em Brasília no exercício do mandato de deputado federal, pela representação do Amazonas. Na Câmara dos Deputados, filiou-se às correntes progressistas do Congresso e integrou a Frente Parlamentar Nacionalista, com inclinação à esquerda, que defendia o melhor do pensamento brasileiro na época. Assim como os deputados do Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB do presidente João Goulart, e do Bloco Compacto, seus membros também ficaram sob a mira dos militares golpistas.

Leopoldo Péres Sobrinho foi eleito pelo Partido Social Democrático – PSD, leia-se, pelas forças conservadoras, sob a liderança de seu sogro, Álvaro Botelho Maia, intelectual e escritor notável, humanista e homem de espírito, que por décadas empolgou o poder no Estado. Ainda assim, tinha-se como certa a cassação de seu mandato, que era anunciada com alguma insistência pela imprensa amazonense, em consequência

das posições nacionalistas que assumiu no Congresso Nacional.

No dia da chamada "Revolução", Leopoldo testemunha um fato histórico da maior relevância. Encontrava-se no gabinete da liderança do PSD, quando chega o deputado Renato Azeredo e informa aos presentes que o Estado de Minas Gerais acabara de se insurgir contra o governo da República. Com o levante, diz o mineiro em tom desafiador, cabe indagar agora quem fica a favor ou contra Minas? Ao mesmo tempo comunica que Bilac Pinto já tinha sido nomeado secretário das Relações Exteriores do governo de Minas, uma extravagância, pelo governador Magalhães Pinto, em nome da "revolução mineira". Tinha-se o propósito de transformar a pasta em ministério, caso João Goulart saísse vitorioso da crise e na hipótese de ser decretado estado de beligerância, com a proclamação da independência de Minas, com a qual o Estado obteria reconhecimento internacional, a partir dos Estados Unidos da América. Lá construíra-se uma aliança da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático com os militares sublevados e todos exigiam a derrubada de Jango, mais do que assustados, apavorados com o comício do dia 13 na Central do Brasil e com a mensagem presidencial dirigida aos sargentos no Rio de Janeiro.

Na noite do mesmo dia 1.º de abril, Leopoldo Péres Sobrinho é convidado pelo deputado Humberto Lucena, vice-líder de Tancredo Neves e seu representante na ocasião, para participar de um encontro de emergência no gabinete do senador Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, onde já se encontravam os deputados Gustavo Capanema e Peracchi Barcelos, além de outros políticos de menor importância. O ambiente era trágico e o clima o pior possível, com a notícia de que as tropas do general Mourão Filho desciam de Minas a caminho do Rio de Janeiro, sob a expectativa de um confronto militar de largas proporções. Naquele momento, Peracchi Barcelos telefona ao comandante do 3.º Exército, no Rio Grande do Sul, e dele obtém a certeza de que haverá resistência nas terras gaúchas, das forças federais juntamente com a Brigada Militar, em defesa da legalidade e do mandato de Jango Goulart. É quando Auro de Moura Andrade, após trocar algumas palavras reservadas com Capanema, convoca o Congresso Nacional, comunica que o presidente estaria em lugar incerto e não sabido e declara vacante a presidência. Dá posse em nome do Parlamento a Pascoal Ranieri Mazzilli, na condição de presidente da Câmara e sucessor natural de João Goulart. Na sessão congressual extraordinária, o PTB reage com firmeza contra a deposição de seu presidente e cria-se um tumulto generalizado. Moura Andrade justifica sua decisão dizendo que estaria evi-

tando a guerra civil iminente entre brasileiros e encerra a reunião, sob vaias dos trabalhistas e aplausos dos udenistas.

As nuvens eram pesadas e fúnebres. E já se falava na edição de um Ato Institucional, diz Leopoldo, que cassaria o mandato de vários parlamentares, mas a maioria ainda acreditava que o golpe militar não duraria mais do que dois/três meses, com exceção de Sérgio Magalhães, que já presidira a Câmara Federal e que antes disputara o governo do Rio de Janeiro. Em sua opinião, o assalto armado ao poder e às instituições tinha vindo para durar muitos anos, pois considerava que o golpe tinha sido orquestrado de fora para dentro do país, como parte do jogo da guerra fria entre americanos e soviéticos. E não haveria evidência maior do que a presença da 5.ª Frota dos Estados Unidos ancorada na costa brasileira, segundo Magalhães, com justificadas razões, como a história encarregou-se de demonstrar.

Leopoldo ainda narra um encontro um mês antes do golpe que teve com Luiz Carlos Prestes, no apartamento modestíssimo do líder comunista em Botafogo, Rio de Janeiro, em companhia do deputado baiano Vieira de Mello. Dele ouviu que se a esquerda soubesse conduzir o processo com inteligência e serenidade, talvez pudesse chegar ao poder. Mas, no embalo dos radicais, com Brizola e outros sectários, caminharia para

o golpe militar inapelável, nas palavras proféticas e lúcidas do Cavaleiro da Esperança.

A história da cassação do mandato que não ocorreu, diz Leopoldo, não foi obra de nenhum passe de mágica ou de outro expediente típico do malabarismo político. Foi poupado por pura sorte. Seu nome realmente constava de uma lista de deputados que seriam cassados, mas dela foi retirado pelo general amazonense Sizeno Sarmento, que ocupava a chefia de gabinete do Comando Revolucionário, presidido pelo general Costa e Silva. Com o ato, Sizeno correspondia a um dever de gratidão para com seu tio, Leopoldo Péres, que indicara seu nome para assumir o cargo de interventor do Amazonas em 1946.

A verdade é que Leopoldo Péres Sobrinho atravessou os primeiros e duros momentos do mar tempestuoso do golpe. Mas, quem diria, do anúncio de sua cassação irremediável, como parlamentar de grupos políticos à esquerda do PSD, além de escapar do cutelo, logo, logo, chegaria ao comando da secretaria geral da Arena, o partido da "Revolução". Teríamos ou não aí um atributo característico do mago?

O RELATOR-GERAL

O Amazonas nunca teve papel ativo no concerto da Federação. É passivo, ou, na melhor da hipóteses, reflexivo. Sofre os influxos do Brasil desenvolvido, dos Estados com economia forte, a partir do Centro-Sul. E o quadro presente na infraestrutura econômica reflete-se na superestrutura das instituições e da política, como não poderia deixar de ser. Nossa representação em Brasília é pequena ou acanhada, sem expressão numérica, gira em torno do mínimo permitido a cada unidade da Federação, com oito deputados federais e três senadores da República.

Ao contrário do que ocorre com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, não temos o menor poder de fogo no Congresso Nacional ou junto aos demais poderes do Estado. Isto é, contra bancadas numerosas, muito pouco ou nada podemos fazer. Portanto, quando um ou outro político do Amazonas ganha com êxito as páginas da mídia brasileira, deve-se tal fato única e exclusivamente ao talento individual de cada um, como tem ocorrido ao longo de nossa história. Felizmente, a notoriedade dos representantes do Estado não se faz escassa, como nos dá conta a atuação de vários de nossos líderes políticos com larga projeção nacional.

José Bernardo Cabral é um deles. Alcançou o posto de maior culminância dentre os ministérios da República, o da Justiça, mais antigo e de maior respeitabilidade. Inaugurou a cadeira como amazonense, independente de outras funções relevantes que exerceu e que marcam sua vida como homem público.

Com a extinção dos partidos políticos pelo golpe de abril de 1964, participa da fundação do Movimento Democrático Brasileiro – MDB e é eleito deputado federal em 1966. Na Câmara, torna-se vice-líder do partido e logo ganha projeção nacional, ao combater o projeto do Grande Lago Amazônico, do Hudson Institute de New York e de Herman Kanhn, que inundaria grande parte da hileia. Propôs a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a fundo a iniciativa transnacional e impediu que fosse dado o primeiro e talvez irremediável passo no projeto de internacionalização da Amazônia. É escolhido pelo Comitê de Imprensa da Câmara Federal um dos dez parlamentares mais atuantes e influentes do país, em 1967. A verdade é que jamais o perdoariam por contrariar interesses tão poderosos, até ser cassado pelo golpe militar em 10 de fevereiro de 1969, com base no famigerado Ato Institucional n.º 5.

Bernardo Cabral sempre foi aplicado e determinado na consecução de seus objetivos, desde os tempos

de estudante. Na Faculdade de Direito, em nossa velha Jaqueira da praça dos Remédios, presidiu o Diretório Acadêmico e ao colar grau falou em nome de sua turma. Ainda jovem, elegeu-se deputado estadual mais votado em 1962, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, depois de ter exercido a promotoria pública em Itacoatiara, a Chefia de Polícia e a Secretaria do Interior e Justiça, no governo Plínio Coelho. No primeiro mandato de Gilberto Mestrinho exerceu a Chefia do Gabinete Civil, até ser guindado ao Congresso Nacional.

Enfrentou grandes desafios, em princípio e em circunstâncias normais, tidos e havidos como intransponíveis, notadamente para um postulante oriundo do modesto e longínquo Estado do Amazonas.

Candidato a presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, disputou e derrotou em 1981 José Paulo Sepúlveda Pertence, advogado dos mais conceituados do país, apoiado pelo establishment da advocacia brasileira, futuro membro e presidente do Supremo Tribunal Federal. Na presidência da OAB/Brasil, defendeu a redemocratização do país e a convocação de uma assembleia nacional constituinte, que nos trouxesse de volta o estado democrático de direito. Antes, como conselheiro federal da instituição, já havia lutado pela concessão de anistia a todos os presos e banidos pela quartelada de abril.

De volta à Câmara Federal, em 1987, é eleito relator-geral da Assembleia Nacional Constituinte, em pleito acirrado e no qual derrotou nada mais nada menos do que Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, numa vitória dada por todos como improvável, diante do prestígio e do nome nacional de seus adversários. Sagra-se o quinto relator-geral das Constituições brasileiras, feito memorável na história da formação política do país, expressão maior da nacionalidade, que assegura uma gama de direitos individuais e fundamentais ao povo brasileiro, a ponto de ser denominada de Constituição Cidadã, pelo sempre lembrado deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB. A vitória, como é mais do que óbvio, deve-se única e exclusivamente à sua biografia e a seus méritos pessoais.

Não custa lembrar que Cabral foi o primeiro parlamentar a defender a integridade do mandato do deputado Márcio Moreira Alves e o seu direito de pronunciar-se e expor suas opiniões com absoluta liberdade na Câmara Federal, em episódio patrocinado por Marcito que terminaria desaguando na edição do Ato Institucional n.º 5, de trágicas lembranças. José Bernardo Cabral foi assim construindo uma história de coerência pessoal com seus princípios, fundados em alicerces que o identificaram desde seu primeiro mandato

de deputado estadual no Amazonas com as correntes progressistas da sociedade brasileira.

A cassação do mandato de Bernardo Cabral, após a cassação e o exílio imposto a Almino Affonso, deixou toda uma geração na orfandade política, sem representação e sem discurso no parlamento brasileiro, por um longo período.

Em 1995 Cabral foi empossado senador da República e na Câmara Alta, onde permaneceu até 2003, ao seu estilo, encerrou suas atividades políticas com um desempenho fecundo. Conferiu aos incentivos fiscais assegurados pela legislação da Zona Franca status constitucional, ainda como deputado federal e relator da Lei Maior. No Senado manteve-se vigilante na sustentação e na luta pela inviolabilidade do Polo Industrial de Manaus. O Amazonas e sua gente sentem como nunca a ausência de seu prestígio no cenário político nacional.

O BARBEIRO BELARMINO

Alto e magro, bem alto para os padrões locais. Moreno, corpo um pouco curvado, cabelos ralos, próximos da calvície irremediável e com entradas já bem pronunciadas. Usava óculos de míope de aros negros, vestia-se sempre com calça cáqui e blusa de morim branco.

Era assim que Belarmino Marreiros comparecia todos os dias à sua barbearia na rua Joaquim Sarmento, Centro de Manaus, no coração da cidade. Além de ocupar-se do antigo ofício de barbeiro, de tesoura e navalha, conversava sobre política com amigos, conhecidos e clientes, sobre o passado e o presente, preocupado com os destinos de sua gente e da humanidade. Com singeleza, traço característico de sua personalidade e de sua origem modesta, emitia opiniões seguras sobre cada momento da história, certo de que teriam embasamento científico sob a ótica do marxismo-leninismo.

Comunista de carteirinha, com direito a documento de identidade partidária que exibia como troféu, porquanto assinado pelo secretário-geral do Partido

Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, o lendário Cavaleiro da Esperança. Prestes, ícone maior e para sempre do movimento comunista no Brasil, não tinha defeitos e não falhava nunca, na opinião de seus antigos companheiros.

Com Miguel Costa, antes havia dado nome à Coluna, com feitos que Belarmino guardava na memória a respeito da jornada que cruzou o interior do país denunciando a miséria do povo, em defesa de reformas políticas e sociais e em oposição aos governos de Artur Bernardes e Washington Luís. Ao narrar os acontecimentos daquela época, protagonizados pela Coluna Prestes e que sensibilizaram a Nação na década de 20 do século passado, com tanto realismo como se deles tivesse participado, o barbeiro não conseguia conter a emoção. Com iguais sentimentos, falava da história do PCB, que se confundia com a biografia de seu líder maior, preso pela ditadura de Vargas, e do sacrifício de sua mulher e companheira, Olga Benário Prestes, entregue à polícia alemã para ser morta em campo de concentração nazista.

Para Belarmino, o Partidão e seus dirigentes jamais cometiam erros. Assim, aplaudiu o equivocado Levante do 3.º Regimento de Infantaria – RI, na praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro, em 1935, que a direita apelidou para sempre de Intentona Comunista. E vi-

brou com um sonoro "pai-d'égua", recolhido de suas raízes nordestinas, com o episódio ocorrido entre o capitão do Exército Agildo Barata, expoente da sublevação, e outro oficial legalista no mesmo evento no 3.º RI, cujo caso não cansava de contar com entusiasmo em seu salão de barbeiro. Referia-se à história do capitão que no curso das negociações de rendição perguntou a um grupo de revoltosos quem ali presente era o "filho da puta do Agildo Barata?", recebendo do próprio e de bate-pronto como resposta que Agildo Barata era ele, mas filho da puta era o capitão que buscava a informação. "Aquilo é que era cabra macho", concluía Belarmino, orgulhoso pela atitude corajosa do comunista, que mais tarde seria também conhecido como pai do comediante Agildo Ribeiro.

A primeira e grande decepção do barbeiro Belarmino veio com a denúncia feita por Nikita Khruschóv, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em julho de 1956, sobre os crimes praticados por Ióssif Stalin, mas, ainda assim, não arredou pé de suas convicções. Manteve-se firme, embora achando que a roupa suja deveria ter sido lavada em casa, entre os muros fechados do Kremlin, e não de forma pública e vergonhosa como terminou ocorrendo. Foi dura a provação para quem via em Stalin o "guia genial dos povos", mas era preciso seguir em frente. Passou a lembrar do líder russo apenas e tão somente como o grande

vitorioso sobre as tropas de Hitler durante a 2.ª Grande Guerra, como era mais do que conveniente.

Belarmino morava com a família na avenida Ramos Ferreira, na subida do Buraco do Pinto, já quase esquina com Joaquim Nabuco, onde também se reunia uma pequena base do Partidão, formada por estudantes secundaristas, antes do golpe de abril de 1964. Uma vez por semana, lá estávamos com o velho barbeiro, junto com Alfredo Santana, José Botinelly, Raimundo Silva, Luiz Roberto Garcia, José Maria Monteiro e outros poucos, para discutir a situação política e as perspectivas da esquerda no Brasil. Fazíamos todos uma análise elementar da realidade nacional, sob enfoque do marxismo-leninismo, condicionada às nossas naturais limitações, e saíamos sempre desses encontros cheios de otimismo em relação ao futuro do país e de seu povo.

Belarmino foi preso na primeira leva de capturados pela quartelada de abril. Os militares já o encontraram de mala pronta, com a escova de dentes devidamente separada e tudo o mais. Sofreu tortura psicológica, agravada pela idade avançada, mas não abriu a boca, não disse nada que pudesse comprometer seus companheiros de partido e de ação política. Abriu uma única exceção, como fazia sempre, ao declarar-se comunista, comunista de carteirinha, com carteira subscrita pelo Velho, como

também era chamado Luís Carlos Prestes, símbolo da luta pela implantação do socialismo no Brasil.

Foi pai de Miriam Marreiros Meirelles, mulher de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, o nosso Thomazinho, vítima brutal da ditadura, desaparecido político, com quem teve dois filhos, Larissa e Togo, que até hoje não sabem o paradeiro do pai, netos de Belarmino, um exemplo de coerência e dignidade, um homem simples e um patriota dos mais intrépidos.

GERALDO E MARIA

Quando da eclosão da quartelada de 1.º de Abril de 1964, a chamada "Revolução", Geraldo Campelo e Maria Pucu Campelo moravam na rua Manicoré, Cachoeirinha. Lá estive com Alfredo Santana, Raimundo Silva, José Botinelly, Garcia e outros companheiros, em algumas oportunidades e trago ainda hoje com nitidez na memória as cenas que presenciei com o casal de dirigentes comunistas no Amazonas, passados mais de cinquenta anos. Ele, embalando-se numa velha rede para sempre armada, com um cigarro permanente entre os dedos manchados pela nicotina, secretário-geral do partido; e ela, magérrima, atenta a tudo o que se passava à sua volta, militante fiel, como a definiu em crônica magistral José Ribamar Bessa Freire, quando de seu falecimento no ano de 2011.

Naqueles poucos encontros, como não poderia deixar de ser, tinha-se como tema nossa atuação no movimento estudantil secundarista, sob a ótica e segundo os interesses do velho Partidão, que investia esperanças na formação de novos quadros partidários. Aqui e ali, com a timidez natural de quem pisava em solo a ser ainda bastante desvendado, participávamos da discussão política da realidade local e nacional, com apoio na

filosofia marxista e na práxis leninista, em cujos ensinamentos e aprendizado dávamos os primeiros passos.

Geraldo e Maria tinham consciência do longo caminho e dos óbices que encontrariam em busca da construção da nova sociedade. A época era difícil. Enfrentaram com seus companheiros uma campanha sem quartel da direita radical, do conservadorismo e da religião, com um discurso que deMunizava o ideário socialista, em cima de falácias as mais torpes e cruéis, difundidas sem nenhum pudor no púlpito das igrejas e pela mídia conservadora. Padeciam assim do que se poderia chamar de emparedamento social e político, sujeitos a um processo discriminatório que não tinham condições de vencer, fruto da falta de liberdade democrática e pela ilegalidade imposta aos partidos de convicção marxista no Brasil.

A vida deles não foi nada fácil. Egressos de pesadas experiências anteriores, foram ainda obrigados a suportar a longa noite da ditadura militar. Maria teve um irmão que participou da "Intentona Comunista" de 1935, Alberto Meirelles Pucu, na praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro, e testemunhou indignada a injustiça perpetrada com a cassação do mandato dos parlamentares comunistas, já sob o regime da Constituição de 1946. Geraldo Campelo, com o golpe de abril de 64, foi preso e encarcerado na Penitenciária Geral do Estado, e Maria Pucu, mais uma vez,

recolheu-se à clandestinidade, onde ambos enfrentaram a sanha dos militares golpistas no Amazonas, capitães, majores e coronéis ensandecidos.

Ditou-lhes na construção de sua história pessoal, pela formação ideológica que cultivaram ao longo da existência, na vida em família e na vida pública, a tônica da coerência. E este foi o exemplo maior que transmitiram aos contemporâneos e aos pósteros, camaradas, companheiros e aliados, com absoluta simplicidade, mas ao mesmo tempo com firmeza inarredável, senhores do seu papel como agentes ainda que modestos da História. Todos nós, com eles, aprendemos muito, lições de solidariedade e de bem-querer pelo próximo e pela humanidade, fraternos e amantes da liberdade.

Ambos poderiam ter assoalhado a biografia no conforto e na tranquilidade da classe média, estuário natural de cada um deles. No entanto, preferiram as pedras da opção política de esquerda, dolorosas e amargas, o difícil itinerário de quem persegue a opção dos vencidos, daqueles que não possuem nem rosto, nem nome e nem voz. Geraldo e Maria, heróis, hoje mais do que nunca anônimos, sobremodo para as novas gerações, que talvez deles nunca tenham ouvido falar, conseguiram no mínimo erguer um único tijolo, no tijolo a tijolo, no extenso e penoso dealbar da esperança de

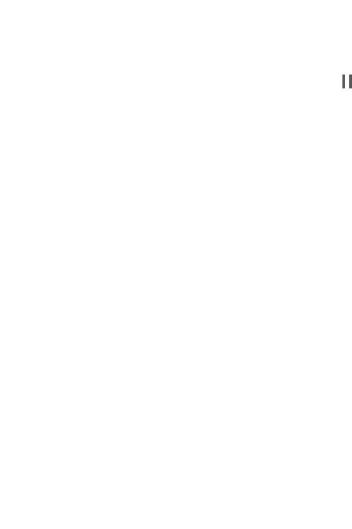
uma sociedade fundada na igualdade e no amor entre os homens.

Geraldo e Maria trouxeram no nome as melhores referências de origem, amazônicas, tradicionais, respeitabilíssimas. Mas, subverteram-nas, instituíram-se e individualizaram-se a partir das próprias escolhas ideológicas e políticas, arrostando a desventura e o perigo a cada passo. Ela, Filha de Maria, formada na educação rigorosa e religiosa das Doroteias; enquanto ele, Campelo, sedimentado nos estamentos médios da sociedade, tio do desembargador Arnaldo e dos senadores Leopoldo e Jefferson Péres, espelho natural de uma rotina pacífica e sem sobressaltos.

Mais do que o barbeiro Belarmino Marreiro, que experimentou em vida a grande desilusão diante dos crimes de Stalin, denunciados por Kruschóv, Geraldo e Maria foram condenados a assistir à derrocada final do Partido Comunista Brasileiro – o PCB, em função do qual sempre viveram. Já residindo em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, opuseram-se ao fechamento melancólico e dramático da sigla e sua transformação no partido de Roberto Freire, que no passado tanto admiravam.

Maria ainda reuniu forças, foi a São Paulo e no congresso que reputou espúrio e imoral, convocado para decretar a falência do PCB, disse um NÃO rotundo e de-

finitivo contra a extinção do Partidão, em homenagem à sua história e aos seus padecimentos. Morreu comunista, tal e qual o marido Geraldo, dirigente e militante, para todo o sempre.

Não sei não, mas a rede do Geraldo Campelo, tantos e tantos anos depois, ainda continua embalando os nossos sonhos, libertários e belos, poéticos. Deles, mesmo com os cabelos já nevados pelo tempo, jamais renunciarei.

GERAÇÃO ESMAGADA

Ingressamos no ano de 1964 com o país em ebulição. A direita preparava as famosas Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, com apoio dos governadores Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, de São Paulo, Rio e Minas. Tinham todos também sustentação externa incerimoniosa dos Estados Unidos. E a esquerda, mais do que ouriçada, exigia a implantação imediata das reformas de base, permitia e estimulava o surgimento de crises no movimento social e a eclosão de greves sindicais, num espectro tão amplo que alcançava todos os setores da economia e demais segmentos da vida nacional.

O quadro de instabilidade institucional e política logo se projetaria sobre os estamentos inferiores da caserna, com a insubordinação de cabos e sargentos, integrados às reivindicações da esquerda e em confronto com a hierarquia militar. O ambiente de tensão permanente atingiria o ápice com a realização do célebre comício do dia 13 de março na Central do Brasil, organizado pelas centrais sindicais, com a presença do presidente da República, João Goulart.

No evento político, com ostensiva participação do Partido Comunista Brasileiro – o PCB, cujos militantes exigiam em dezenas de faixas estendidas no local a legalização da legenda, Jango foi além das expectativas mais otimistas da esquerda. Ao lado do deputado federal Leonel Brizola e de outros líderes populares, anunciou a encampação pelo governo federal de todas as refinarias de petróleo particulares e a desapropriação de terras localizadas nas margens das rodovias federais, para fins de reforma agrária.

No Congresso Nacional as forças políticas se digladiavam em torno de posições opostas e os debates assumiam coloração ideológica radical. Interesses alienígenas estadunidenses tinham presença no parlamento, via deputados e senadores eleitos com recursos de origem espúria, financiados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática – Ibad, organização que mantinha indisfarçáveis ligações com a Agência Central de Inteligência norte-americana, a conhecida CIA.

No Amazonas, Estado passivo no conjunto da Federação, experimentávamos os efeitos da crise e sua evolução, com elevada dose de ingenuidade e em ambiente de dimensões políticas modestas, ainda que dispuséssemos de lideranças em Brasília com larga projeção nacional, com as atuações de Almino Affonso, na Câmara, e Arthur Virgílio Filho, no Senado. Aqui

também tínhamos um ex-governador e um governador do PTB, Gilberto Mestrinho e Plínio Coelho, que apoiavam o presidente Goulart e seu governo.

Em que pese a aliança nacional de Plínio Coelho com Jango Goulart, vínhamos – o movimento estudantil, sindical e as lideranças de esquerda – de um confronto permanente com o governador, que rechaçava as ações ideológicas e políticas que desenvolvíamos no Estado. Vários dos nossos representantes foram detidos e presos pela polícia de Plínio, que reprimia qualquer tipo de greve dos trabalhadores e não tolerava a menor manifestação reivindicatória dos estudantes. Além do mais, era visível e insuperável a indisposição do governador em relação à pessoa do deputado Almino Affonso, referência maior das aspirações da esquerda amazonense, fato que dificultava ou impedia qualquer tipo de diálogo com a administração local.

Portanto, já enfrentávamos dura repressão regional, fazendo com que nos voltássemos com esperanças para a luta de alcance nacional, afinal malograda pela vitória da direita, sob a batuta do movimento militar golpista de abril de 1964. Fomos todos vencidos, uma geração de sonhadores e revolucionários, na acepção que lhes dá a Ciência Política.

Derrotados, líderes sindicais da dimensão e da coragem de Antogildo Pascoal Viana, Fábio Lucena, Fernando Vitalino da Silva, Raimundo Jacinto Corrêa da Silva, Napoleão Lacerda, Manuel Rodrigues, Mauro Bezerra, Aviz Valente, Francisco Washington Rodrigues e outros. Incorriam na mesma adversidade tribunos jovens e já consagrados nos bancos acadêmicos e nos palanques improvisados nas esquinas e praças de Manaus. Amazonino Mendes, festejado pela conquista de prêmio nacional de oratória, Félix Valois, discurso inteligente, cartesiano e dilacerante contra a direita, Álvaro Gaia Nina, agitador sem igual, que atingia o alvo com palavras incandescentes que mobilizavam qualquer auditório. Na formulação estratégica e quase sempre no anonimato, tinha-se a dedicação e a seriedade de José Paiva Filho, com apoio na fraternidade comovente de Carlos Gomes, juntamente com tantos outros que preferiam atuar de forma mais discreta, como Francisco Vasconcelos, então presidente do Clube da Madrugada.

Relevante a participação de Edgar Ribeiro de Souza, que se transferiu após o golpe para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi preso, condenado e torturado nos porões da ditadura. Com desempenho reservado, mas de notável substância teórica, própria do estudioso que sempre foi, agia com firmeza na defesa de suas posições políticas. Ninguém como ele mais solidário com

os companheiros caçados pela ditadura nos primeiros dias da quartelada militar no Amazonas. Theodoro Botinelly já atuava na vice-presidência da União Nacional de Estudantes (UNE) e Moisés Nobre Leão também amargou no Rio de Janeiro agressões de toda ordem, punido como militante de esquerda e como jornalista da rádio MEC - Ministério da Educação e Cultura, expressão de caráter, dignidade e coerência.

No grupo secundarista despontavam Alfredo Santana, presidente da Uesa – União dos Estudantes Secundários do Amazonas, mais tarde líder do movimento estudantil nacional, ao ser eleito secretário-geral da Ubes – União Brasileira de Estudantes Secundários, José Botinelly, presidente da Uesa, José Carlos de Souza, Raimundo Silva, José Salles, José Mendes, Luiz Roberto Garcia, José Maria Monteiro, João Roque do Lago, Francisco Assis e outros, muitos deles com ação significativa no Colégio Estadual do Amazonas.

Uma geração esmagada, vencida e excluída pela longa e dolorosa noite da ditadura, no infortúnio, à época, sem presente e sem futuro. Ainda assim, resistimos, cada um a seu modo e segundo suas inclinações, no Amazonas e fora do Estado. Alguns não sobreviveram, sacrificados pela violência inominável, como Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto e Antogildo Pascoal Viana. A outros só foi possível o retorno com a

redemocratização do país, com os matizes que o tempo deitou sobre todos nós. Mas, porquanto marca indelével dos nossos melhores anos, com a mesma chama de liberdade e humanidade que ainda hoje arde em nossos corações.

O GOLPE CONTRA OS INTELECTUAIS

Os intelectuais nunca foram vistos com bons olhos pelos militares golpistas de 1964. É bem verdade que Golbery do Couto e Silva, eminência parda da quartelada de abril, Castelo Branco e outros poucos alimentavam certas veleidades culturais, ainda que dirigidas quase que exclusivamente ao estudo da história militar, geral e da política. De qualquer forma, em homenagem a esses pruridos, mais aparentes do que reais ou de maior profundidade, é que nos primeiros momentos da insurreição houve certa aproximação com intelectuais de direita e outros nomes fincados no conservadorismo. A propósito, aqui no Amazonas, Castelo Branco, já eleito presidente da República pelo Congresso Nacional manietado, escolheu o conceituado intelectual, historiador e amazonólogo Arthur Cézar Ferreira Reis para governar o Estado.

Os raros militares de esquerda eram prontamente alijados, como ocorreu com o general Nelson Werneck Sodré, notável pensador e historiador, que nos deixou uma bibliografia riquíssima, em obras ainda hoje de consulta indispensável, nos campos da história e da li-

teratura. Quando havia inclinação política, a situação agravava-se e sofriam a mais dura segregação, física e moral.

No geral, os intelectuais eram postos sob suspeita permanente, considerados os vínculos presumíveis ou verdadeiros que manteriam com a esquerda e com os comunistas. Além do mais, o ambiente de liberdade proporcionado pelo governo do presidente Goulart, que tinha em seus quadros expressões de largo prestígio na área cultural da dimensão de Darcy Ribeiro, conquistava o aplauso entusiástico dos segmentos envolvidos com a produção intelectual no Brasil, nos seus mais diversos setores.

No Amazonas, o Clube da Madrugada, que reunia a 'intelligentsia' local pioneira no processo de transformação radical da literatura e das artes, com inspiração na Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, logo serviria de alvo da violência implantada pela ditadura no Estado. Um de seus membros proeminentes, o padre Luiz Augusto de Lima Ruas, poeta, cronista, ensaísta e professor universitário, foi nos primeiros dias de abril de 1964 imediatamente preso e recolhido ao Quartel do Exército em São Jorge. Na praça da Polícia e no Café do Pina, onde o Clube com frequência promovia suas reuniões, o clima tornara-se irrespirável e o medo tomava conta daquele espaço público, antes

reverenciado como livre e democrático. A cada instante, tinha-se notícia de uma ameaça, velada ou ostensiva, no conjunto da histeria anticomunista que movia os militares na região. O jornalista e mais tarde promotor Ernesto Pinho Filho, outro membro do Clube, foi de igual modo preso e o último a deixar a prisão no Quartel do Exército em São Jorge, pela criação solitária do que denominou de Comitê de Resistência do Norte, que na época ninguém sabia o que era e de onde tinha partido a ideia, temerária e absurda sob todos os aspectos.

Thiago de Mello, explosão do talento caboclo, do comovente *Faz Escuro, Mas eu Canto* e de tantas outras genialidades poéticas, que declamávamos com encantamento nas madrugadas da nossa juventude, buscou o exílio, sem condições mínimas de continuar vivendo no Brasil. O presidente do Clube, Francisco Vasconcelos, teve a vida vasculhada e por pouco não é apanhado pela repressão militar, quando desenvolvia uma das mais fecundas gestões à frente do movimento cultural no Amazonas. O tenor Pedro Amorim, 'amorinovicht' ou 'patativa de Moscou', apelidos que lhe foram pregados para sempre pelo irreverente e irascível Afrânio Castro, nos versinhos jocosos do pintor: 'ti-ti-ti-ri-ri-ti-ti-ri-ri, eu sou simples beija-flor, eu não sou mais a patativa de Moscou', logo se transformaria realmente num recolhido colibri, proibido de cultivar seus jardins

e suas rosas. Ernesto Penafort, de volta a Manaus, após longa temporada no Rio de Janeiro, vindo de uma intensa atuação no movimento sindical pré-1964, na Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, sem mais clima em sua velha cidade, preferiu recolher-se ao azul, ao azul de suas líricas pradarias, onde hoje habita no além. Neles todos, e em todos os intelectuais e homens de cultura no Amazonas, a reverência nestes tempos de democracia, que ajudaram a construir com cada letra, palavra ou gesto de irresignação diante da falência do amor e da liberdade, arautos do futuro que um dia finalmente divisaríamos.

Admite-se que a posição do governador Arthur Reis, sensível à criação artística e intelectual, decorrente de sua formação, tenha freado um pouco a sanha golpista contra a intelectualidade local. Na contramão do que dele esperavam os militares sedentos e alvoroçados, Arthur Reis estimulou a atividade cultural no Estado, fazendo-se assessorar por nomes reconhecidos na área, do nível de Luiz de Miranda Corrêa, ao criar as edições Governo do Estado do Amazonas, com as quais editou novos escritores e republicou obras já esgotadas de autores clássicos e consagrados na região.

Bem, dos males o menor.

Logo nos primeiros momentos do assalto à legalidade democrática, vencida qualquer perspectiva de resistência, a angústia pregou-se na alma de todos nós, sufocante e aterradora. Será que um dia ainda veríamos tudo aquilo passar? Os coturnos negros, lustrosos, sinistros, e a prepotência, tudo em nome do monopólio dos sentimentos patrióticos.

Secretaria de
Estado de Cultura